

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EMPRESARIAL

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA – ALCA: PERSPECTIVAS DE
CRESCIMENTO OU ATRASO ECONÔMICO PARA O BRASIL?

Autor: Francisco Ferraz de Carvalho

Projeto Técnico apresentado à
Universidade Federal do Paraná para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Empresarial.

Orientador: Dr. Pedro José Steiner Neto

CURITIBA
2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo Dom da Vida. Com a oportunidade em realizar esta Especialização e pela vontade enorme de vencer e principalmente em concretizar este trabalho.

Agradeço aos meus familiares pela paciência, compreensão, incentivo e colaboração, neste período de distância, estudo e dedicação.

Ao Dr. Pedro Steiner, meu orientador que muito contribuiu para meus conhecimentos e para que o trabalho se tornar realidade.

Aos meus colegas de turma e amigos com que convivi durante alguns meses e que muito me ensinaram a respeito de persistência, coragem e luta.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Brasil: Saldo da Balança Comercial	11
Gráfico 02 – Alíquotas das Importações Brasileiras, em %	14
Gráfico 03 – Exportações Brasileiras na América, superiores a US\$ 1.5 Bilhões	16
Gráfico 04 – Importações Brasileiras na América, superiores a US\$ 1.5 Bilhões	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Saldo da balança comercial do Brasil com os demais países da ALCA.....	30
Tabela 02 – Índices de preço, valor e quantum de importação do Brasil, por categorias de bens selecionadas.....	32
Tabela 03 - Índices de preço, valor e quantum de importação do Brasil dos combustíveis e lubrificantes.....	32
Tabela 04 – Exportações brasileiras para os demais países da ALCA, em US\$ mil FOB.....	33
Tabela 05 - Importações brasileiras dos demais países da ALCA, em US\$ mil FOB.....	34
Tabela 06 – Alíquotas médias das importações brasileiras dos países da ALCA, em %	35
Tabela 07 - Concentração econômica das exportações brasileiras nos setores com exportações para países da ALCA superiores a US\$ 1,5 bilhão FOB em 2000	37
Tabela 08 – Ranking das oito maiores empresas exportadoras nos setores com exportações para a ALCA superiores a US\$ 1,5 bilhão FOB, em 2000	37
Tabela 09 – Comércio intrafirma dos maiores exportadores, por principais setores exportadores para a ALCA / Ano: 2000	39
Tabela 10 – Concentração econômica das importações brasileiras nos setores com importações de países da ALCA superiores a US\$ 1,25 bilhão FOB em 2000	40
Tabela 11 – Ranking das oito maiores empresas importadoras dos setores com importações da ALCA superiores a US\$ 1,25 bilhão FOB, em 2000.....	40
Tabela 12 – Comércio intrafirma dos maiores importadores, por principais setores importadores da ALCA (Ano: 2000)	42
Tabela 13 – Número de empresas exportadoras para os países da ALCA.....	43
Tabela 14 – Número de empresas importadoras de países da ALCA.....	45

RESUMO

A globalização é um processo complexo que varia ao longo do tempo, que afeta vários setores da produção de um país e pode mudar as ambições nacionais de diferentes maneiras. O denominado triângulo da perfeita compatibilidade, ou seja, taxa de câmbio estável, fluxos normais de capitais e políticas monetárias autônomas, é uma ficção. E a crescente competição entre empresas e agentes econômicos é, hoje em dia, o denominador comum. Conclusão obtida através da finalização deste trabalho, de acordo com comparações realizadas entre diversos autores, seminários e experiências de empresas exportadoras.

Assim, a nova orientação de mercado denominada de livre-comércio é um instrumento para o desenvolvimento, e temos que adotar as normas que apoiem a sua vigência hemisférica no marco da equidade possível e também de uma estabilidade e transparência. Estamos falando de um processo de negociação de que participam trinta e quatro economias com diferentes níveis de desenvolvimento.

Os avanços nas negociações para a constituição da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas têm suscitado indagações sobre quais seriam as implicações desse acordo para a economia brasileira. As respostas a essas indagações certamente influenciarão o rumo dessas negociações.

O comércio de mercadorias do Brasil com os países da ALCA está na base dessas indagações, sendo um indicador das perspectivas de acesso a novos mercados e da formação do bloco econômico em questão. Dessa forma, é discutido e posto em ênfase o desempenho do comércio brasileiro de mercadorias com os países da ALCA, no período 1997/2000, propondo de maneira lógica as variáveis que interessam o país.

A análise dos riscos e oportunidades e das perspectivas e restrições que a ALCA antepõem ao Brasil foram analisadas em função de como afetariam as nossas empresas. Para que possamos entender tal negociação foram observados como os produtos nacionais sofrem com o comércio protecionista e pesquisas que envolvem as exportações brasileiras.

Há de ressaltar o caráter relativamente urgente de tão ambicioso empreendimento que pode ser benéfico para o Brasil, mas não se deve esperar que ela resolva todos os nossos problemas de desenvolvimento econômico e social no curto ou médio prazo. Estes só podem ser encaminhados internamente, com a mobilização de outros vetores de transformação estrutural – educação, capacitação profissional, investimentos em ciência e tecnologia, modernização institucional, etc.

APRESENTAÇÃO

A incessante busca pela maximização econômica tornou-se acompanhada da crença na corrida pela vantagem competitiva, uma espécie de dogma, de raciocínio lógico com um padrão de pensamento, e de ação, em quase todos os domínios – desde negócios, economia até política econômica de países inteiros e governabilidade. Tudo parece voltado a ser estratégico e competitivo.

Para entender as tendências atuais da economia mundial é necessário definir com precisão a natureza das mudanças que vêm ocorrendo na estrutura das forças produtivas em que se assenta. Muitos autores têm posto a ênfase analítica em aspectos particulares dessas transformações, que são erigidos em explicações de fenômenos globais e complexos¹. Chega-se assim com Theotônio dos Santos, que uma linha de análise acentua as mudanças no padrão de industrialização contribuindo para determinados setores econômicos e para alguns ramos da produção, destaca ainda, a criação de uma sociedade pós-industrial com a superação da indústria por um novo estágio de desenvolvimento dos serviços, e por fim apresenta os fenômenos culturais (aldeia global, pós-modernidade, entre outros). Exemplo bem observado, atualmente, no continente americano.

O interesse em estudar profundamente a ALCA é crescente nos dias atuais, especialmente porque, com a abertura econômica e a liberação dos movimentos de capitais, o Brasil expôs-se, de forma dramática, a decisões tomadas por agentes econômicos do exterior. A necessidade de compreender os acontecimentos e suas conseqüências sobre a dinâmica da economia e sobre o desempenho das empresas explica a grande curiosidade que o estudo do tema tem despertado.

O que chama logo a atenção, quando se trata em discutir a nossa integração em um bloco econômico, ou simplesmente numa associação de mercado livre, vale dizer, a independência nacional e a igualdade entre Estados. Os dois itens estão, a toda evidência, correlacionados, pois a igualdade entre Estados pressupõe a independência nacional.

Assim, qualquer tratado internacional que venha a ser assinado não pode abdicar da independência nacional (inclusive no que concerne à possibilidade de denunciar o tratado e retirar-se da associação) nem desrespeitar a igualdade entre Estados, o que nos levaria a exigir absoluta igualdade de tratamento.

O ingresso do Brasil na ALCA é dessas decisões cruciais, que, para o bem ou para o mal, determinam o futuro do país por décadas. Assim, estaremos estudando no decorrer deste, o impacto que a ALCA poderá proporcionar ao

¹ A negociação de um acordo de serviços e de investimentos se encaixa neste contexto.

nosso País, demonstrando as qualidades potenciais e desfavoráveis que esta poderá trazer a nossa economia e a nossas empresas.

Nesta obra, procurei relacionar a nova realidade do mundo contemporâneo e as possibilidades que ela abre para as nossas empresas. A progressiva redução da fatia brasileira no mercado externo indica inegável perda de competitividade de nossos produtos, apesar de que obtemos recorde em nossa balança comercial em 2002, porém em decorrência da desvalorização da nossa moeda em relação à moeda norte americana. A incorporação de tecnologias modernas em nosso parque industrial ainda não conseguiu eliminar a influência negativa da queda cambial sobre as vendas de manufaturados ao exterior. Mas a capitalização acelerada da industria apresenta sinais positivos, a julgar pelas estatísticas da fabricação brasileira e da importação de bens de capital, em escala crescente.

A linguagem adotada é clara e objetiva, e os assuntos são apresentados em ordem crescente de dificuldade, necessária para possibilitar um entendimento eficiente, partindo dos conceitos iniciais para as futuras práticas do livre comércio, compreendendo todo processo socioeconômico que envolverá nosso país.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	III
LISTA DE GRÁFICOS.....	IV
LISTA DE TABELAS.....	V
RESUMO.....	VI
APRESENTAÇÃO.....	VII
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	01
1.1 OBJETIVO.....	01
1.2 JUSTIFICATIVA.....	02
1.3 METODOLOGIA.....	03
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-EMPÍRICA.....	04
CAPÍTULO III – DETERMINANTES DA FORMAÇÃO DA ALCA.....	06
3.1 FATORES DESFAVORÁVEIS A CONSTITUIÇÃO DA ALCA.....	06
3.2 FATORES FAVORÁVEIS A CONSTITUIÇÃO DA ALCA.....	08
CAPÍTULO IV – DESEMPENHO DO COMÉRCIO BRASILEIRO DE MERCADORIA COM OS PAÍSES DA ALCA.....	11
4.1 A BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL COM OS PAÍSES DA ALCA.....	11
CAPÍTULO V – OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM O COMÉRCIO DO BRASIL COM OS PAÍSES DA ALCA.....	15
5.1 O COMERCIO INTRAFIRMAS.....	15
5.2 A RIVALIDADE OLIGOPOLISTA.....	16
5.3 O COMÉRCIO ATACADISTA.....	17
5.4 O BAIXO GRAU DE CONCENTRAÇÃO DO SETOR ATACADISTA COMPARADO AOS OUTROS SETORES SELECIONADOS.....	18
5.5 A DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ALTA PRODUTIVIDADE.....	19
5.6 A ESTRUTURA DO MERCADO.....	19
5.6.1 Empresas.....	19
5.6.2 Países.....	21

5.6.3 Produtos	22
5.6.4 Produtos agrícolas	23
5.6.5 Itens de maior variação absoluta	24
5.7 INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS	25
5.8 OS PRAZOS DE PAGAMENTOS DAS IMPORTAÇÕES.....	26
CAPÍTULO VI – SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES.....	27
Anexo 01 - Tabelas	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O continente americano constitui um bloco econômico de grande respeito e poder. Abrangendo uma região que vai do extremo norte em Yukon – Canadá, ao extremo sul na Terra do Fogo – Argentina.

Atinge um território com 40 milhões de quilômetros quadrados, uma população com cerca de 780 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto - PIB de cerca de 11 Trilhões de Dólares podendo ser caracterizada como o que seria a maior zona de livre comércio do planeta.

Em 1994, com a exclusão explícita de Cuba pela América do Norte, chefes de Estado e de Governo do nosso continente se reuniram em Miami para a denominada “Primeira Cúpula das Américas”. A “Cúpula” foi a primeira de uma série de reuniões (sempre com exclusão de Cuba) destinadas a regular as relações comerciais internacionais.

Já em Quebec, abril de 2001, a cúpula estabeleceu que serão eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento, e as respectivas negociações serão concluídas até o ano 2005. Desde 1994, líderes comprometeram-se também a alcançar progressos substanciais no estabelecimento da ALCA até o ano 2000. Suas decisões constam da Declaração de Princípios e do Plano de Ação aprovados na Cúpula de Miami. A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) proposta pelos Estados Unidos quer a abertura total das fronteiras a todas as mercadorias produzidas nos países das Américas (exceto Cuba), nos quais elas circulariam sem taxas, impostos ou travas de qualquer natureza. Será que isso interessa fundamentalmente aos Estados Unidos? Possuidor da mais avançada tecnologia. E aos demais países, caberiam basicamente o papel de fornecedores de matéria-prima e mão-de-obra barata!

1.1 Objetivo

Este documento tem como objetivo analisar os principais fatores adversos e favoráveis da formação da área do livre comércio e o desempenho do comércio brasileiro de mercadorias com os países da ALCA, no período 1997/2000, tais como o comportamento da balança comercial, o comércio intrafirmas e o atacadista, a rivalidade oligopolista, o baixo grau de concentração do comércio atacadista em relação aos outros setores selecionados, a desnacionalização da indústria de alta produtividade, a estrutura do mercado, os incentivos fiscais e financeiros e os prazos de pagamento. Portanto, através das informações obtidas pelos termos centrais podemos identificar as razões para o acordo e para a reorientação da política externa brasileira.

1.2 Justificativa

Os avanços nas negociações para a constituição da ALCA têm suscitado indagações sobre quais seriam as implicações desse acordo para a economia brasileira. As respostas a essas indagações certamente influenciarão o rumo dessas negociações.

O comércio de mercadorias do Brasil com os países da ALCA está na base dessas indagações, sendo um indicador das perspectivas de acesso a novos mercados e da formação do bloco econômico em questão.

A integração econômica, através da ALCA, aportará à consecução dos objetivos previstos no processo da Cúpula das Américas, que inclui o fortalecimento da democracia, a criação de prosperidade e a realização do potencial humano. A negociação da ALCA levará em conta a ampla agenda social e econômica contida nas Declarações e nos Planos de Ação de Miami, Santiago e cidade de Quebec, com o objetivo de contribuir para elevar os níveis de vida, incrementar o emprego, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas, melhorar os níveis de saúde e de educação e proteger melhor o meio ambiente².

O problema do nosso país é a falta de estudos profundos sobre o impacto da ALCA. Nos Estados Unidos, os diplomatas são auxiliados por excelentes estudos, realizados por pesquisadores altamente qualificados. A diplomacia brasileira não tem esse suporte. Mesmo assim, obtivemos avanços. Conseguimos impor condições a ALCA, como a exigência de discutir amplamente o acordo de livre comércio e não apenas a pauta oferecida pelos Estados Unidos, que inclui não só remoção de barreiras ao comércio de bens, mas temas como serviços, compras, governo, investimento e propriedade intelectual, entre outros.

Por que a ALCA?

Reconsiderando o compromisso de evitar, na medida do possível, a adoção de políticas ou medidas que possam afetar negativamente o comércio e o investimento regional, a ALCA tomou-se objeto de estudo para vários cientistas políticos.

Com a intenção de contribuir para a expansão do comércio mundial, reafirmo a intenção em pesquisar um assunto de grande repercussão ao Brasil e a outros países.

² Propostas obtidas a respeito de temas econômicos, definidos na IV Reunião Ministerial realizada na Costa Rica, em março de 1998, tais como: acesso a mercado, investimento externo, serviços, compras governamentais, solução de controvérsias, agricultura, direitos de propriedade intelectual, política de concorrência, subsídios, medidas anti-*dumping* e direitos compensatórios.

A escolha deste tema deu-se através da necessidade de estudo mais profundo em demonstrar as possíveis características da ALCA para nossas empresas. Por estes e outros argumentos, justifica-se a escolha do tema pesquisado, analisado e apresentado.

1.3 Metodologia

Neste trabalho se fará uso da pesquisa descritiva e da investigação explicativa, utilizando como nível de análise os fatores econômicos brasileiros em relação a ALCA, sendo como objeto da análise a economia do nosso país, estudos e seminários propostos pelo Instituto de Pesquisa das Relações Internacionais (IPRI) e as pautas das Reuniões das Cúpulas da América. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram entrevistas, debates e relatórios dos órgãos públicos. Foi uma pesquisa do tipo qualitativa.

Tecnicamente o trabalho científico estará ambientado no campo da pesquisa bibliográfica / contrapondo com a realidade atual. Será explicado o problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, livros, e publicações técnicas, buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas já existentes sobre o tema abordado.

Será adotado no processo da pesquisa, no que diz respeito à consulta bibliográfica, os passos de leitura conforme relacionados por Antonio Carlos Gil em Como Elaborar Projetos de Pesquisas (1996, p.66 a70).

- 1ª Leitura Exploratória: este é primeiro passo, procurando através da leitura dos índices e títulos de documentos, textos que sejam interessantes à pesquisa:
- 2ª Leitura Seletiva: após a leitura exploratória, será feita uma primeira seleção dos documentos, com o intuito de determinar quais materiais são interessantes e estão relacionados com os objetivos da pesquisa.
- 3ª Leitura Analítica: é feita após a seleção de textos, caracteriza-se como uma leitura mais profunda, procurando se aprofundar no texto e identificar e classificar conceitos, de forma que propiciem a solução dos problemas propostos.
- 4ª Leitura Interpretativa: consiste no último momento da atividade de leitura das fontes bibliográficas. É a parte mais complexa, pois é neste momento que todas as informações obtidas serão relacionadas com o problema. É nesta fase que todos os conhecimentos obtidos serão estruturados de forma que o pesquisador confirme a hipótese proposta.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

A Opção:

Russel Roberts apresenta em seu livro a idéia de que os assuntos econômicos são sempre muito confusos e incrivelmente tediosos. Para a população leiga aos temas de economia internacional, este livro retrata com exatidão assuntos cotidianos, observados nas transações comerciais.

A obra relata uma “conversa” entre David Ricardo e Ed Johnson, os protagonistas desta fábula, não podia ser mais polêmico: a opção entre o comércio livre e o protecionismo.

São feitas perguntas bem objetivas por Johnson e respondidas por Ricardo a respeito das principais dificuldades encontradas por sua empresa em exportar seus bens, que não conseguiu acompanhar a evolução tecnológica e padrões da economia mundial, como a globalização. Todas as verdades sobre as enormes vantagens do livre comércio e sobre o protecionismo ficam expostas aos olhos daqueles que querem ver.

O autor aponta claramente o perigo fundamental de se ameaçar o livre comércio: o favorecimento de alguns às expensas de muitos. Contudo, o autor deixa claro que o livre comércio é uma tendência mundial e atual, e que uma empresa com visões tradicionais, não consegue se encaixar na nova economia mundial, dessa forma países desfavoráveis a acordos econômicos multilaterais não conseguiram manter uma balança comercial favorável. Mas, nem tudo é “paraíso”, o livre comércio pode tornar países com economia em desenvolvimento fornecedores de matéria-prima e consumidores de produtos industrializados, caso as cláusulas do acordo não sejam bem formuladas.

Economia Mundial:

Theotônio dos Santos afirma que a Revolução Técnico-Científica é uma variável da leitura fundamental para compreender a Economia Mundial. A partir dessa ótica faz uma leitura analítica e global da Economia Mundial – seu processo de globalização e regionalização – o papel do Estado, Empresas e Movimentos. Coloca a questão financeira e discute a nova divisão do trabalho e os novos modelos de desenvolvimento.

Sua obra está dentro dos padrões clássicos, tendo em vista os argumentos propostos pelo autor a respeito do comércio internacional. Sua didática sobre as explanações dos assuntos é concisa e bem formulada prevendo os acontecimentos atuais na economia mundial.

A partir das informações sobre a formação de blocos como o União Européia, Tigres Asiáticos, NAFTA, MERCOSUL, desvenda tendências da Economia Mundial com maestria e clareza, enfatizando as oportunidades para um crescimento econômico.

O Brasil e o Comércio Internacional:

Reinaldo Gonçalves propõe em sua publicação, corajosamente, críticas desfavoráveis a respeito dos discursos correntes sobre a inserção atual do Brasil no comércio internacional. Rejeitando de forma comprovada a futura aprovação da ALCA.

Em uma passagem, o autor declara, que a atual trajetória de instabilidade e crise da economia brasileira é determinada, em grande medida, por uma situação de vulnerabilidade externa que se manifesta, de forma mais contundente, por meio de crises cambiais recorrentes. Uma vez que o processo de ajuste das contas externas está restrito pelo elevado nível da dívida externa e pela abertura indiscriminada da economia brasileira, a evolução da balança comercial torna-se uma incerteza crítica para o país.

Os seus textos apresentam uma rica análise das mudanças institucionais, de temas atuais e problemas, além de perspectivas e propostas que podem dar corpo a um cenário favorável de inserção do Brasil no sistema mundial de comércio.

Um painel crítico consistente e inovador, que aborda temas como a Organização Mundial de Comércio; um estudo que retrata a evolução das negociações comerciais multilaterais, meio ambiente, normas laborais, a integração regional e a cooperação internacional.

O autor é bem claro em sua obra ao afirmar que o Brasil deve romper o compromisso com o Mercosul, além de rejeitar a formação da ALCA. Propõem estratégias centrais para a reorientação da política externa brasileira e novas diretrizes para a cooperação internacional.

Seminário o Brasil e a ALCA

Este seminário foi um evento de grande porte realizado em Brasília na Câmara dos Deputados nos dias 23 e 24 de outubro de 2001 que reuniu expressivo grupo de autoridades, acadêmicos, empresários, dirigentes sindicais e jornalistas, brasileiros e estrangeiros, juntamente com parlamentares que intercambiaram pontos de vista e debateram os diversos aspectos das negociações para constituição de área de livre comércio nas Américas.

Durante a apresentação dos painéis, os convidados da mesa, divulgaram seus trabalhos, em que os resultados deste esforço em conjunto e pluridimensional estão inseridos em um volume que, sem dúvida, já se torna um título de referência sobre a matéria.

Os documentos deste seminário incluem textos preparados com base na transição de exposições orais, que abrange três relevantes negociações internacionais. A primeira no âmbito da OMC, a segunda em relação a ALCA e a terceira dentro do acordo entre o MERCOSUL e a União Européia.

CAPÍTULO III – DETERMINANTES DA FORMAÇÃO DA ALCA

3.1 Fatores Desfavoráveis a Constituição da ALCA

Na realidade, o ponto fundamental que o Brasil hoje debate quando se fala em ALCA é como responder esta questão, cuja resolução implica enormes dificuldades. É saber se o Brasil deve ou não ingressar na ALCA e se esse organismo atende ou não aos interesses nacionais. Com a ALCA, o Brasil pode ter muito a ganhar, ou poderia ter muito a perder. Somos a terceira economia da região. Temos uma estrutura industrial razoavelmente diversificada e problemas sérios de balanço de pagamentos. Aproximadamente, 50% das exportações totais e 70% das exportações industriais brasileiras vão para as Américas³. Mas, em modo geral, todos os países que participam do processo de conclusão da ALCA enfrentam problemas pertinentes a barreiras protecionistas, quando o assunto é exportar. Provocando oposição a participação do bloco.

Com esse ponto de vista, sob o ângulo brasileiro, qual é o problema principal que se apresenta para a constituição dessa Área de Livre Comércio? O problema está no idealizador da idéia, os Estados Unidos. Mais de um quinto de nossas exportações vão para os Estados Unidos, entre 20% e 25%⁴. A questão fundamental é as barreiras não-tarifárias impostas pelos Estados Unidos. A tarifa é um imposto à importação. A proteção não-tarifária é diferente. Como exemplo, podemos observar, as barreiras sanitárias que afetam frutas, legumes, e que demandam uma exigência de 100% de licenças prévias, no caso das exportações brasileiras. Em seguida, subsídios à agricultura. Pelo menos de um quinto a um quarto do produto agrícola norte-americano é subsidiado. E ainda existe um recurso interno e amplo ao *antidumping* sem regras, do ângulo dos seus parceiros comerciais (José Serra, 2001, pág. 72).

O *antidumping* mais o mecanismo das salvaguardas têm incomodado bastante as exportações brasileiras, principalmente na área que o Brasil leva vantagem competitiva e eficiente: a da siderurgia. Mas, não acaba por aí. As desvantagens a constituição da ALCA, apresenta um outro mecanismo contra a produção brasileira são os picos tarifários, recurso do qual o Brasil, apesar de ter tarifa média superior à americana, lança mão em raros casos.

O que acontece? Por exemplo: apesar de a tarifa americana ser em média de 5,6% e a brasileira de 13%, os quinze principais produtos de exportação do Brasil se defrontam com uma tarifa de 46%, nos Estados Unidos, enquanto que os quinze principais produtos norte-americanos exportados para o Brasil se defrontam com uma tarifa média de 14,3%.

³ Dados de acordo com o MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

⁴ Dados de acordo com o SECEX - Secretaria de Comércio Exterior

A fonte de nossas angústias e complexidade quanto a ALCA se tomam mais evidente de acordo com, Guimarães (2001) e Batista Jr. (2001) é a respeito da maior produtividade da economia americana que provocaria um desgaste no setor industrial brasileiro, o qual, não resistiria à competição com os produtos concorrentes norte-americanos. Em seguida, é a tendência da indústria brasileira em especializar-se na produção de bens com menor conteúdo tecnológico ou a desindustrialização da economia brasileira, em virtude da especialização crescente em atividades primárias. Outro ponto importante é a perda da posição brasileira de *global trader*,⁵ como fruto dos desvios de comércio que eventualmente uma integração continental poderia acarretar, além de, extinguir o MERCOSUL, livre acesso as patentes e a possibilidade de aumento nos déficits em nossa balança comercial, especialmente com os Estados Unidos por importamos mais do que exportamos, agravando nossa vulnerabilidade externa.

De acordo com Gonçalves (2000), apresenta grupos de estudiosos expressando visões divergentes acerca da formação do bloco, o qual, os classificam a saber:

Os geopolíticos argumentam que se deve ter uma visão mais ampla das relações internacionais, que ultrapasse o escopo limitado dos fluxos comerciais ou mesmo do investimento internacional. Segundo essa visão, na ótica dos Estados Unidos, a ALCA vai ser um instrumento adicional de consolidação da influência dessa potência hegemônica no continente americano. No caso do Brasil, os geopolíticos manifestam-se contrariamente a ALCA com base na idéia central de que o país teria um papel importante a desempenhar no cenário internacional.

Portanto, a participação do Brasil em um acordo multilateral sobre a evidente hegemonia dos Estados Unidos significa uma perda da projeção internacional e de aumento da já elevada vulnerabilidade externa do país, que se manifestaria nos planos comercial, produtivo, financeiro, tecnológico e, conseqüentemente, geopolítico. A preocupação com a questão da soberania nacional é um corolário evidente da percepção geopolítica a respeito da ALCA. Os geopolíticos têm uma avaliação ambivalente com relação ao Mercosul porque vêem a Argentina como um concorrente no plano internacional, além da histórica disputa de hegemonia na América do Sul. A ambivalência aumenta na medida em que há, dentre os geopolíticos, uma corrente antiamericana, que imagina ter na Argentina, bem como em outros países da América Latina, aliados que permitiram a aglutinação de forças no sentido de um poder compensatório à hegemonia dos Estados Unidos na região.

Há uma outra visão acerca da ALCA, denominada de bilateralista, que é desfavorável a ALCA. A idéia central é que a orientação de política externa de um país como o Brasil não precisa estar centrada na participação em esquemas continentais, regionais ou sub-regionais, com tratamento preferencial para os

⁵ Fenômeno que o país apresenta na economia mundial através de suas exportações e importações.

países membros. A participação em esquemas sub-regionais, em que o país tem alguma hegemonia, acabam reduzindo o grau de liberdade do país, enquanto os acordos regionais ou multilaterais acabam sendo usados como instrumentos de política externa pelos países hegemônicos, contrariamente aos nossos interesses. Esse é o caso da Organização Mundial do Comércio (Gonçalves e Prado, 1999) e, provavelmente, será o caso da ALCA.

Nessas condições, surgem algumas preocupações com relação ao processo de conformação da ALCA, como: inicialmente, as assimetrias e às colossais diferenças econômicas, sociais e políticas entre os países componentes do futuro bloco e à eventual necessidade de se buscar algum tipo de ajudas governamentais entrelaçadas que, durante certo período, possam dar mais homogeneidade aos diferentes itens citados. Uma outra preocupação, pressupõe-se que às diferenças regionais internas, que, no caso do Brasil, poderia ver acentuada ainda mais, destacando em proporções ainda maiores as regiões Sudeste e Sul do restante do País. E ainda, observa-se um fato de que as a estabilização das economias nos países encontra-se em graus diferentes de evolução, em que muitos não reúnem as condições macroeconômicas para fazer face aos compromissos da ALCA.

3.2 Fatores Favoráveis a Constituição da ALCA

Hoje, o principal fator que freia o crescimento da economia brasileira é o déficit em conta corrente. Como era observado na década de trinta até a de oitenta a economia era crescente e para que ela volte a crescer é fundamental que coloquemos esse déficit em conta corrente sob controle. É o déficit em conta corrente que pressiona a taxa de juros, que, por sua vez, freia o ritmo da atividade econômica.

Para isso, entre outras coisas, temos que exportar mais, pois para isso precisamos da ALCA. A variável exportação é importantíssima para o Brasil, pois veremos no capítulo seguinte essa afirmação. Temos como motivo diminuir e zerar até o déficit em conta corrente, outro motivo é um fator permanente de modernização e de preocupação com custos; porque exportação também é uma fonte de demanda. Quanto mais cresce a exportação, mais cresce a renda, isso melhora os salários, aumenta a produção doméstica, etc.

Os benefícios potenciais da participação do Brasil na ALCA são múltiplos. O acesso mais fluido a outros trinta e três mercados significa não apenas oportunidade de exportação. Esse acesso ampliado pode possibilitar também às economias participantes um ciclo virtuoso de maior competitividade de suas produções nacionais, acesso a novas tecnologias, atração de investimentos externos e – espera-se – menor probabilidade de aplicações de barreiras comerciais. A geração de novos postos de trabalhos e a elevação do nível de

bem-estar social nos nossos países completariam esse conjunto de efeitos positivos (Aécio Neves, 2001, pág. 31).

Guimarães (2001) e Batista Jr. (2001) afirmam que o nosso setor produtivo não teria condições de ser exposto de forma súbita à concorrência externa. Esquece-se, porém, de que esse choque já ocorreu no início da década de noventa. A abertura comercial do início da década de noventa não fez com que o Brasil se especializasse em ser um exportador de matérias-primas. Pelo contrário, a participação dos produtos básicos se reduziu e a dos produtos faturados e simimanufaturados aumentou ao longo desse processo pós-abertura. Assim, a ALCA, ao meu entender, não abalaria as estruturas da nossa economia, dado que não provocaria essas alterações tão substanciais na nossa organização.

Não devemos nos opor, em princípio, a um mecanismo que fomente o comércio nas Américas. Isso para o Brasil pode ser muito bom, e bom para os outros, porque queremos aumentar o volume de comércio. Temos um problema de balança comercial e de saldo em conta corrente. Portanto, para poder importar mais, temos de exportar “bastante” mais, e ninguém pede mecanismos especiais de proteção às exportações brasileiras: apenas pedimos acesso. Assim, contrariar a ALCA antes da finalização dos estudos realizados pelos Grupos de Negociação (GN)⁶ seria precipitado pois, o objetivo do GN é encontrar um senso comum, não desmerecendo a economia das nações participantes do futuro bloco.

Os acordos comerciais mais recentes têm uma concepção moderna em relação ao que prevalecia em períodos anteriores na América Latina. Essa concepção tem por base o fato de que área de livre-comércio, ou mercado comum, tem por objetivos aumentar a competitividade dos setores produtores de bens comercializáveis como objetivo ampliar o mercado interno e facilitar a substituição de importações (Brandão e Brandão, 2001, pág 78).

Gonçalves (2000), também apresenta grupos de pensadores expressando visões favoráveis acerca da conformação do bloco, o qual, os classificam como:

Os livre-cambistas acham que a ALCA é um projeto muito bem vindo e sua aceleração serve ao propósito de maior abertura das economias internas e de maiores oportunidades no mercado externo, convergente com um processo de globalização marcado por maior abertura e integração econômica regional. Nesse sentido todo acordo de integração econômica regional (ALCA) é visto como um passo intermediário para o livre comércio no plano multilateral.

Os pan-americanistas argumentam que, independentemente dos benefícios de bem-estar associados a ALCA, não há outra alternativa que não seja

⁶ Representado por integrantes dos países componentes do processo de formação da ALCA que discutem acerca de acesso ao mercado, agricultura, subsídios, *antidumping*, compras governamentais, propriedade intelectual, serviços, soluções de controvérsias e investimentos.

o alinhamento automático ou qualificado às políticas e estratégias de Washington. Assim, mesmo após o fim da Guerra Fria, num mundo multipolar, a formação de blocos regionais não deixaria a qualquer país latino-americano outra escolha que não fosse uma integração crescente com os outros países da América do Sul e do Norte, sob a hegemonia norte-americana. Nesse grupo podem-se incluir também aqueles que acreditam que um acordo como a ALCA daria um maior poder de barganha dos países latino-americanos, atuando em conjunto, diante dos interesses de Washington. Na era da globalização parece ter havido um casamento heterodoxo entre “monroistas” e “bolivarianos”.

Sobretudo, a adesão às regras internacionais ou aos mecanismos de integração, por mais que sejam irreversíveis, não é inevitável. Os países podem se recusar a aceitar regras que limitam a soberania econômica, com preceito, a segurança nacional. Há anos o Brasil impôs uma política interna de fechamento da economia como parte do modelo de substituir as importações, recusando-se a assinar qualquer acordo mais amplo de liberação do comércio. Somente quando o atraso tecnológico e industrial causado pelo protecionismo começou a trazer graves prejuízos em termos de estabilidade e crescimento econômico, o país sentiu a necessidade de uma abertura econômica que resultou a sua participação em um mercado mundial.

A perspectiva da formação da ALCA tem raízes históricas e oportunidades econômicas claramente identificadas, porém deve levar em conta as peculiaridades de cada uma das nações, ou seja, quanto mais amplas forem as negociações, mais variadas serão os objetivos e interesses dos participantes. A ALCA deve ser pensada não apenas como área de livre-comércio, mas fundamentalmente implementada dentro do que chamamos de regionalismo aberto.

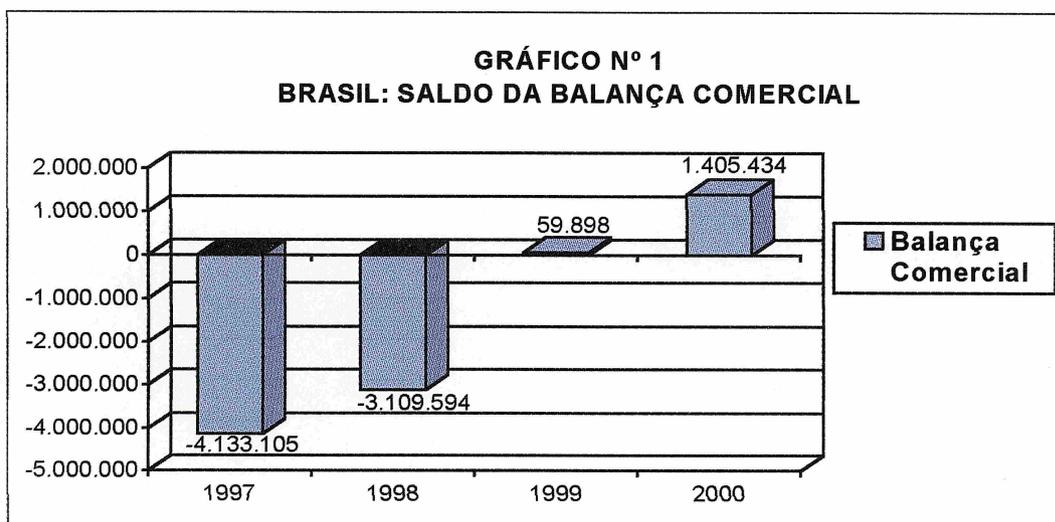
CAPÍTULO IV – DESEMPENHO DO COMÉRCIO BRASILEIRO DE MERCADORIAS COM OS PAÍSES DA ALCA

4.1 A Balança Comercial do Brasil com os Países da ALCA

A evolução da economia brasileira no período 1997/2000 foi fortemente influenciada pela crise do sudeste asiático (1997), pela moratória da Rússia (1998) e pela mudança do regime cambial, quando, a partir de janeiro de 1999, o sistema de bandas foi substituído pelo de câmbio flutuante. O regime de câmbio flutuante e a corrente de fluxos financeiros externos destinados ao Brasil tornaram a política monetária menos restritiva, promovendo a recuperação da economia em 2000.

Dentro do processo de globalização, houve, no período em análise, um aprofundamento da inserção da economia brasileira no sistema internacional, com o prosseguimento da liberalização do comércio exterior e das medidas reformadoras do Estado, como as privatizações, além da desregulamentação das operações financeiras, que provocaram um expressivo fluxo de investimento direto para o país.

O saldo comercial do Brasil com o conjunto dos países da ALCA transformou-se de um déficit de US\$ 4.133 milhões, em 1997, para um superávit de US\$ 1.405 milhões, em 2000 (Tabela 1). Dentre os principais fatores que explicam essa inversão, destacam-se três: a deterioração dos termos de troca, a recuperação da atividade econômica mundial e a desvalorização cambial. Ver gráfico 1.



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - SECEX

Termo de troca expressa a relação entre o preço unitário de exportação e o de importação, isto é, a relação da quantidade de produto exportado por produto importado. A deterioração dos termos de troca em um determinado período significa a exportação de quantidades maiores de produtos em troca das mesmas quantidades importadas. A melhoria dos termos de troca significa a exportação de menores quantidades de produtos em troca das mesmas quantidades importadas.

A deterioração dos termos de troca ocorrida no intercâmbio comercial do país entre 1997 e 2000 resultou do barateamento das exportações e do aumento do custo das importações. O barateamento das exportações decorreu da elevada participação na pauta de produtos de baixo conteúdo tecnológico, que sofreram redução de preços por força do aumento de produtividade, beneficiando os consumidores externos.

Para os bens de tecnologia mais avançada, que compõem majoritariamente a pauta de importações, o progresso técnico redundou em maiores rendas para os produtores – sobretudo para os setores oligopolistas -, pois os ganhos de produtividade não foram integralmente repassados aos preços por força, principalmente, do monopólio da tecnologia dos fabricantes.

Além da difusão do progresso técnico, a queda dos termos de troca foi influenciada também pela recente crise cambial que, com a conseqüente maxidesvalorização cambial de janeiro de 1999 e as minidesvalorizações posteriores, tornou mais baratas as exportações.

No período considerado, as vendas externas do Brasil cresceram 4,64%, em média, tendo o dinamismo do setor exportador contribuído para a recuperação da economia. Esse crescimento decorreu da redução média de 3,29% dos preços de exportação, o que provocou um aumento de 7,92% ao ano do quantum (peso líquido) exportado. Assim, o Brasil é um *global trader*, estando suas exportações divididas de forma equilibrada entre os principais parceiros a saber: 27% dos seus produtos exportados destinam-se à União Européia; 26%, ao NAFTA, inclusive aos Estados Unidos; 25%, à América Latina, particularmente ao MERCOSUL; e 12%, à Ásia (Ramez Tebet, 2001, pág.34).

Segundo seleção de bens pela Classificação de Grandes Categorias Econômicas (CGCE) para o Sistema de Contas Nacionais (SCN), as principais categorias responsáveis pela debilidade dos preços de exportação mencionada foram os bens intermediários e os bens de consumo, cujos preços caíram, respectivamente, 3,79% e 4,67% ao ano, em virtude do excesso de estoques - especialmente os de café.

Por outro lado, o valor das importações no período analisado caiu 2,11%, em virtude do aumento médio de 6,25% dos preços de importação, o que provocou uma redução de 7,75% da quantidade importada (Tabela 2).

Apesar da recuperação da economia mundial, não houve queda de preços das manufaturas importadas pelo Brasil: os preços dos bens intermediários cresceram 5,08% ao ano e os dos bens de capital 7,96%. Além do preço das manufaturas, outro fator não menos relevante para explicar a alta de preços das importações brasileiras da ALCA foi o notável acréscimo no preço dos combustíveis e lubrificantes, que alcançou a taxa média de 18,49% devido à retração da oferta dos países da OPEC (Tabela 3). A expansão das importações brasileiras de petróleo beneficiou a Argentina, a Colômbia e a Venezuela.

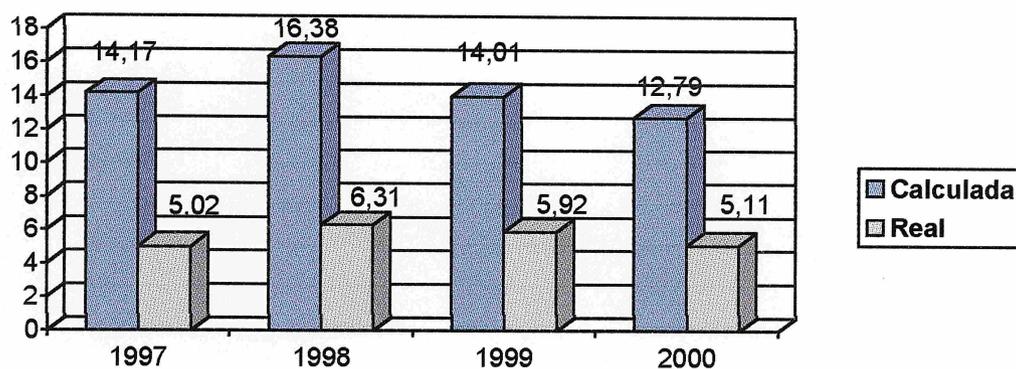
O efeito do bom desempenho da economia mundial sobre as exportações brasileiras atuou principalmente na expansão das vendas destinadas aos Estados Unidos, ao México - cuja expansão econômica deveu-se à proximidade com os Estados Unidos -, e ao Chile, que, apoiado na condição de tradicional exportador para a Ásia Meridional e Oriental, apresentou crescimento econômico. As expansões do valor das exportações para os Estados Unidos, México e Chile foram de 12,08%, 29,25% e 4,07% ao ano, respectivamente (Tabela 4).

Quanto à política cambial, a mudança do sistema de bandas para o regime de câmbio flutuante afetou as importações brasileiras (Tabela 5) e provocou a inflexão do saldo da balança comercial a partir de 1999, concorrendo para a debilidade do comércio regional (América do Sul e Caribe) e intra-regional (Mercosul).

Tomando-se por base dezembro de 1998, a desvalorização do real atingiu, em dezembro de 2000, 24% em relação ao dólar americano. A taxa de câmbio foi o principal instrumento de política econômica de proteção à indústria doméstica para contrabalançar a desgravação tarifária ocorrida no período. A desvalorização cambial, ao encarecer as compras externas, superou o efeito provocado pela queda da tarifa aduaneira decorrente do processo de liberalização do comércio exterior. O enfraquecimento da moeda brasileira só não foi mais elevado devido ao expressivo fluxo de investimento externo, decorrente do processo de privatização da economia e da política monetária de manutenção de elevadas taxas de juros internas vis-à-vis as taxas de juros do mercado financeiro internacional.

As alíquotas médias calculada e real, que foram, respectivamente, 16,38% e 6,31%, em 1998, caíram para 12,79% e 5,11% em 2000 (Tabela 6). A alíquota média calculada é o imposto calculado (resultado da aplicação da alíquota nominal da Tarifa Externa Comum - TEC a cada mercadoria efetivamente importada) dividido pelo valor tributável (base de cálculo do Imposto de Importação). A alíquota média real é o imposto efetivamente pago dividido pelo valor tributável. Ver gráfico 2.

GRÁFICO Nº 2
ALÍQUOTAS MÉDIAS DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS, EM %



Fonte: Receita Federal

A deterioração dos termos de troca, o dinamismo da economia americana e a desvalorização da taxa de câmbio concorreram também para transformar o permanente déficit da Balança Comercial do Brasil com os Estados Unidos em um superávit, já no ano 2000, contribuindo para o resultado positivo do Brasil ante o conjunto dos países da ALCA.

CAPÍTULO V – OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM O COMÉRCIO DO BRASIL COM OS PAÍSES DA ALCA

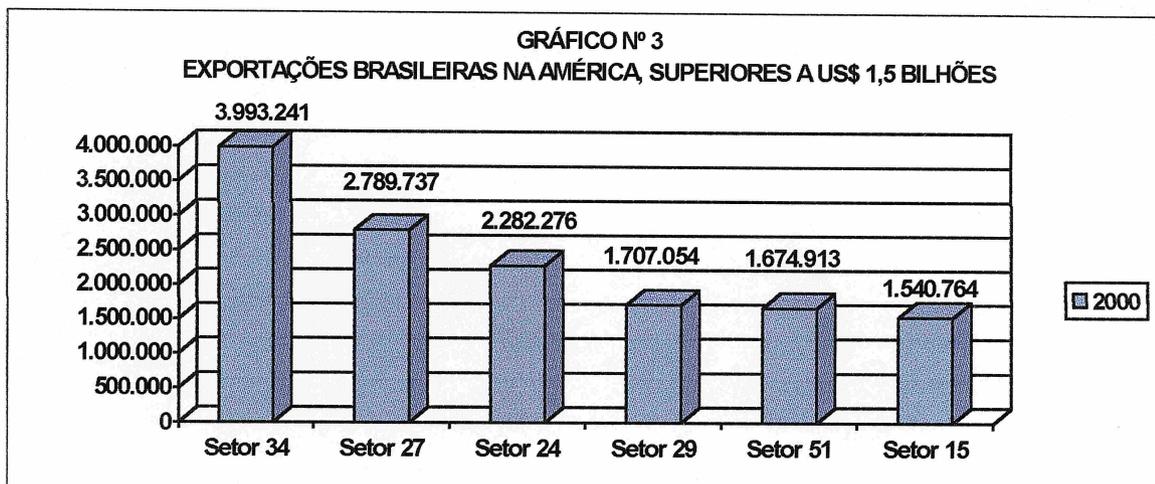
5.1 O Comércio Intrafirmas

O comércio intrafirmas tem papel relevante nas operações das empresas multinacionais. Pode ajudá-las a reduzir custos de distribuição ou de aquisição de insumos no exterior e a integrar o seu processo produtivo em escala global. O comércio intrafirma é diferente do comércio entre firmas não associadas porque pode neutralizar, no curto prazo, as mudanças de preços, de taxas de câmbio ou das condições econômicas gerais. Além disso, os preços que governam o comércio intrafirma, usualmente chamados de preços de transferência, podem ter determinantes e características singulares.

Nas exportações brasileiras para a ALCA predominaram os intercâmbios entre filiais, o que é normalmente uma característica dos países desenvolvidos, enquanto que nas importações foram majoritários os fluxos de comércio provenientes da matriz para a filial, o que é uma característica própria dos países em desenvolvimento.

Ao examinar o comércio intrafirma de três dos seis maiores setores exportadores (Tabela 7), verificou-se que 90,1% das vendas externas da empresa do setor 34 - fabricação e montagem de veículos automotores - que mais exportou, em 2000 (Tabela 8), foram destinadas às suas filiais (Tabela 9). No caso do setor 51 - comércio atacadista -, a maior exportadora, nesse ano, destinou 94,54% das suas vendas externas para suas filiais, enquanto a maior exportadora do setor 15 - fabricação de produtos alimentícios e bebidas - destinou 20,3% de suas vendas externas para filiais, localizadas nos países da ALCA. Ver gráfico 3.

Por outro lado, examinando-se o comércio intrafirma de cinco dos sete maiores setores importadores (Tabela 10), verificou-se que a filial brasileira de empresa multinacional que foi a maior importadora do setor 24 - fabricação de produtos químicos (Tabela 11) - efetuou 61,37% de suas compras externas da matriz, sediada em país integrante da ALCA (Tabela 12). A maior importadora do setor 29 - fabricação de máquinas e equipamentos, realizou 98,94% das importações da sua matriz, também localizada em país das Américas.



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior e Receita Federal

Setor 15 - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
 Setor 27 - Metalúrgica Básica
 Setor 29 - Fabricação de máquinas e equipamentos
 Setor 34 - Fabricação e montagem de veículos
 Setor 51 - Comércio Atacadista

5.2 A Rivalidade Oligopolista

Por influenciar as expectativas e o comportamento das firmas, o conceito de rivalidade oligopolista é importante para explicar o comércio. Assim, em um mercado estável, com um número reduzido de firmas, o aumento da participação individual de uma empresa causa a perda da fatia de firmas rivais que, em conseqüência, procuram recuperar as suas vendas.

A rivalidade oligopolista – a luta das empresas por fatias de mercado – é uma característica da globalização do capital, o que explica o intenso movimento de fusões, incorporações e aquisições de firmas proporcionadas pelo recente aumento do investimento direto na economia brasileira. A conseqüência disso é a alteração da posição relativa da empresa tanto na lista dos maiores exportadores como na dos maiores importadores.

Comparando-se as exportações das oito empresas⁷ que mais venderam para o exterior nos seis maiores setores exportadores - aqueles com exportações superiores a US\$ 1,5 bilhão, cada um, que representaram 60,96% da pauta no ano de 2000 - verifica-se que a participação relativa de algumas dessas empresas foi alterada entre 1997 e 2000, em razão de suas diferentes taxas de crescimento (Tabela 8).

⁷ Os nomes das empresas foram mascarados por força do sigilo fiscal.

Por exemplo, a empresa primeira colocada no ranking de exportadores do setor 15 – fabricação de produtos alimentícios e bebidas -, em 2000, estava na quinta posição em 1997, tendo, portanto, aumentado sua participação no mercado em razão do crescimento de 449,83% das suas exportações, no período considerado. No setor 51 - comércio atacadista -, as exportações da empresa colocada em quinto lugar no ranking passaram de US\$ 51 mil, em 1997, para US\$ 34 milhões em 2000 (Tabela 8).

Analogamente, comparando-se as importações das oito empresas que mais importaram nos sete maiores setores importadores - aqueles com importações superiores a US\$ 1,25 bilhão, cada um, que representaram 67,96% da pauta em 2000 -, verifica-se que a participação relativa de algumas dessas empresas foi alterada entre 1997 e 2000 (Tabela 11) devido a diferentes taxas de crescimento. Ver gráfico 4.

Assim, por exemplo, no setor 24 – fabricação de produtos químicos -, uma empresa multinacional apresentou taxa de crescimento de suas importações da ordem de 140,36%, tendo passado da terceira para a segunda posição no ranking dos maiores importadores do setor.

No setor 51 - comércio atacadista -, houve alteração da primeira posição no ranking dos principais importadores, tendo sido tomada a liderança de importante *trading* do mercado, que caiu para o segundo lugar, com destaque para a atuação da terceira colocada, cujas importações saltaram de US\$ 1 milhão, em 1997, para US\$ 92 milhões em 2000, crescendo 8.737,49% no período considerado. Ver gráfico 4.

Na fabricação e montagem de veículos automotores - setor 34 -, a empresa que mais importou em 2000 não efetuou qualquer importação direta em 1997 (pode ter utilizado uma *trading* ou registrado a operação no setor atacadista – ver item 3.4 mais adiante). Na fabricação de material eletrônico - setor 32 -, a primeira colocada no ranking dos importadores, no ano 2000, aumentou 949,51% as suas importações, em relação a 1997. Ver gráfico 4.

5.3 O Comércio Atacadista

O comércio atacadista - setor 51 - foi o quinto maior exportador e o maior importador, tendo movimentado US\$ 1,7 bilhão nas exportações e US\$ 3 bilhões nas importações para os países da ALCA (Tabelas 7 e 10).

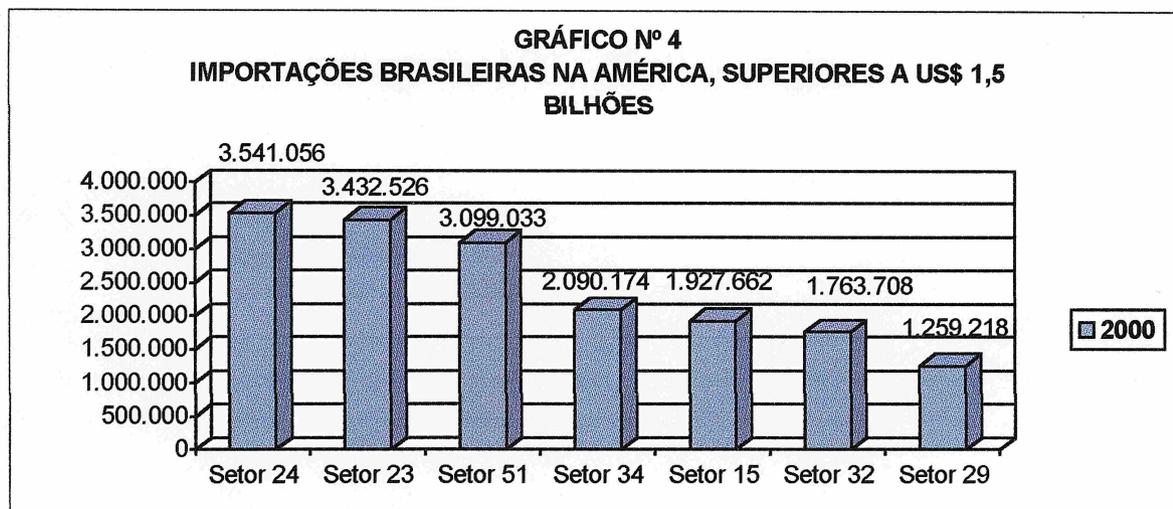
O elevado grau de participação do setor de comércio atacadista nas pautas de exportação e importação decorre, principalmente, de sua capacidade de acumular informações (reais ou potenciais) sobre o cliente, em razão do contato direto com o consumidor e da proximidade com o mercado intermediário ou final, o

que lhe permite selecionar melhor a demanda e estar em condições de oferecer serviços aparentemente personalizados.

5.4 O Baixo Grau de Concentração do Setor Atacadista Comparativamente aos outros Setores Selecionados

Os registros das exportações de 2000 (Tabela 7) revelaram que o comércio atacadista teve o mais baixo índice de concentração entre os setores exportadores analisados. As quatro maiores empresas exportadoras responderam por 18,17% das exportações do setor e as oito maiores por 25,68%.

Esse fato ocorreu também com as importações, onde as quatro maiores empresas importadoras responderam por 26,46% das compras externas do setor e as oito maiores por 32,79% (Tabela 10).



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior e Receita Federal

Setor 15 - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Setor 24 - Fabricação de produtos químicos

Setor 23 - Fabricação de coque e refinarias de petróleo

Setor 29 - Fabricação de máquinas e equipamentos

Setor 32 - Fabricação de material eletrônico

Setor 34 - Fabricação e montagem de veículos

Setor 51 - Comércio Atacadista

Os baixos índices de concentração decorreram principalmente do fato de as empresas industriais tradicionais terem atuado com destaque, também, no setor de comércio atacadista, registrando, entretanto, operações como atividade do setor industrial. Assim, grande parte das estatísticas do setor de comércio atacadista foi distribuída entre diferentes setores industriais.

É sabido que empresas industriais atuam no comércio atacadista, pois a concentração de grandes capitais nesse comércio representa uma ameaça aos

seus lucros diante do poder oligopolista ou oligopsonista do setor de serviços, que possui capacidade singular de acumular informações sobre o cliente, conforme mencionado no item 3.3 acima. Por isso, os setores industriais reagem para dominar a cadeia de formação de preço ao consumidor final, atuando também no comércio atacadista.

5.5 A Desnacionalização da Indústria de Alta Produtividade

Em 2000, dentre os seis maiores setores exportadores com operações acima de US\$ 1,5 bilhão, cada um, representando 60,96% da pauta, as oito maiores empresas exportadoras em dois desses setores eram todas multinacionais: setor 34 - fabricação e montagem de veículos automotores e setor 29 - fabricação de máquinas e equipamentos (Tabela 8).

De outra parte, dentre os cinco maiores setores importadores com operações acima de US\$ 1,25 bilhão, cada um, representando 67,96% da pauta, as oito maiores empresas importadoras em dois desses setores eram também multinacionais: setor 24 – fabricação de produtos químicos - e setor 29 – fabricação de máquinas e equipamentos (Tabela 11).

A predominância de empresas multinacionais decorreu do fato de terem se estendido também para as indústrias de alta intensidade tecnológica as formas muito concentradas de produção e comercialização – características das indústrias de petróleo e extrativa de minerais metálicos. Essas estruturas oligopolistas e as barreiras à entrada deixam poucas escolhas às empresas de países em desenvolvimento para o acesso a uma parcela maior de mercado e para a diminuição do atraso tecnológico sem a transferência de parte do seu capital para as empresas estrangeiras.

5.6 A Estrutura do Mercado

O comércio exterior do Brasil com países integrantes da ALCA ficou concentrado em um número reduzido de empresas, países e produtos.

5.6.1 Empresas

No período de 1997 a 2000, a evolução da quantidade e da concentração de empresas exportadoras mostrou-se assimétrica em relação à evolução da quantidade e da concentração das empresas importadoras. Como podemos observar nas Tabelas 13 e 14, o número de empresas exportadoras cresceu 6,03%, enquanto que o número de empresas importadoras decresceu 9,97% ao ano.

Várias dessas empresas atuaram em mais de um país, tanto na exportação como na importação. Das empresas que exportaram para países da ALCA, 40,25% atuaram na região da *North American Free Trade Association* - NAFTA (34,14% exportaram para os Estados Unidos, 11,31% para o México e 7,85% para o Canadá). Em contrapartida, das firmas que importaram dos países da ALCA, 75,70% atuaram no NAFTA (72,07% compraram dos Estados Unidos, 7,95% do México e 11,02% do Canadá).

Esse resultado é explicado pelo fato de os Estados Unidos terem sido o nosso principal parceiro comercial no período considerado, com o qual inclusive conseguimos transformar o déficit de alguns anos na Balança Comercial para o superávit do ano 2000, com aumento significativo da corrente de comércio (ver item 4.1).

Observa-se que 4.698 empresas realizaram operações de exportação (somente para Argentina houve um número maior: 5.888) e 12.438 (o maior número) realizaram operações de importação com aquele país no ano de 2000. Embora ambas sejam concentradas, a pauta de importação é mais diversificada em produtos do que a pauta de exportação, o que explica a maior atomização das empresas importadoras no comércio.

Para verificação da concentração de determinados grupos de empresas no mercado, foram selecionadas as doze maiores empresas exportadoras e importadoras para cada país da ALCA. A amostra utilizada foi formada por 220 firmas nas exportações (71 delas atuando em mais de um país) e 237 firmas nas importações (35 atuando em mais de um país). Das 32 firmas comuns aos conjuntos das doze maiores exportadoras e importadoras, apenas 7 são empresas nacionais, o que indica a presença predominante das multinacionais no comércio exterior do Brasil.

As participações médias dessas empresas no total das exportações e importações ALCA, no ano 2000, foram de 50,82% e 89,87%, respectivamente. Entretanto, quando se considera apenas os países integrantes do NAFTA, essas participações caem, respectivamente, para 40,25% e 75,70%, isto é, para os países do NAFTA o grau de concentração de empresas é menor: nas exportações, 34,14% venderam para os EUA, 11,31% para o México e 7,85% para o Canadá; nas importações, 72,02% compraram dos EUA, 7,95% do México e 11,02% do Canadá.

A maior concentração de operações das doze maiores exportadoras e importadoras, por país, no total da ALCA pode ser explicada pelo fato de existir um número maior de firmas fora da amostra selecionada operando apenas com os países do NAFTA, o que, por consequência, reduz a sua participação relativa naquele bloco econômico. Em outras palavras, existe um número maior de empresas realizando negócios com os países do NAFTA do que com os demais.

A concentração das empresas exportadoras para os países da ALCA diminuiu e a das importadoras aumentou. Nota-se que, mesmo existindo um número bem menor de empresas exportadoras, ele tem aumentado em decorrência do crescimento de nossas exportações nos últimos anos, em que pese às dificuldades de acesso ao mercado dos EUA impostas por medidas de proteção a setores ineficientes da sua economia. A concentração das exportações poderia ter diminuído mais não fossem as barreiras americanas aos nossos principais produtos de exportação.

Quanto às importações, o resultado apresentado decorreu da abertura de antigos oligopólios nacionais aos países do NAFTA, provocada pela reforma do Estado e por políticas de ajuste estrutural para adequação do Brasil à globalização.

5.6.2 Países

No período 1997/2000, uma parte substancial (78,15%) das exportações brasileiras de bens de capital para a ALCA destinou-se a quatro países: EUA (41,2%), Argentina (27,94%), Chile (5,44%) e México (3,57%), sendo que as exportações para os EUA e México tiveram elevado ritmo de crescimento, com taxas de 43,57% e 34,43% ao ano, respectivamente. Fonte: MDIC.

As importações brasileiras de bens de capital provenientes de países da ALCA originaram-se predominantemente de três deles: EUA (74,31%), Argentina (16,64%) e Canadá (5,59%), que, em conjunto, representaram 96,54% da pauta, apesar de as importações dos EUA e do Canadá terem decrescido a taxas de 10,11% e 7,84%, respectivamente. Fonte: MDIC.

As exportações de bens de consumo destinaram-se predominantemente para os EUA (43,23%), Argentina (25,06%), Paraguai (7,07%), México (4,85%) e Uruguai (4,32%), países responsáveis por 84,53% do total das exportações brasileiras daqueles bens, sendo que as vendas para o México cresceram a uma taxa de 89% ao ano. Fonte: MDIC

Com respeito às importações de bens de consumo, destacaram-se as dos EUA (22,59%), Argentina (53,1%), Chile (5,17%), México (5,02%) e Uruguai (5,02%) que, em conjunto, atingiram 94,48% do total da pauta, apesar de terem registrado taxas de crescimento anual negativas. Fonte: MDIC

Vale notar que 85,29% das exportações de bens intermediários foram destinadas a seis países: EUA (44,06%), Argentina (24,94%), México (4,98%), Chile (4,65%), Paraguai (3,63%) e Uruguai (3,03), Fonte: MDIC.

Os EUA (49,4%), a Argentina (24,37%), a Venezuela (5,82%) e o Canadá (5,03%), em conjunto, responderam por 84,62% das importações de bens intermediários, sendo que as compras da Venezuela experimentaram o maior acréscimo anual 14,59% ao ano. Fonte: MDIC

A conclusão imediata da análise desses dados é a de que os dois principais parceiros do Brasil na ALCA, tanto nas exportações quanto nas importações de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo, foram os EUA e a Argentina.

O peso relativo dos Estados Unidos no comércio exterior do Brasil decorre do fato de eles serem o epicentro do comércio e das finanças internacionais, além de ocuparem a primeira posição do capital industrial mundial.

O peso relativo da Argentina, o segundo maior parceiro, resulta do esforço das autoridades brasileiras para implementar e fortalecer o MERCOSUL, por meio da utilização de um amplo conjunto de instrumentos legais.

5.6.3 Produtos

Em 2000, os vinte itens mais representativos da pauta de exportação de bens de capital para os países da ALCA responderam por 87,52% do total exportado; os vinte principais itens de bens de capital importados da ALCA foram responsáveis por 77,01% do total importado, o que indica um significativo grau de concentração de ambas as pautas. Fonte: MDIC

O principal item exportado foi o dos helicópteros e aviões (31,16%). Os celulares (16,26%) e os veículos automóveis para transporte de mercadorias (8,81%) ocuparam os segundo e terceiros lugares. As máquinas automáticas para processamento de dados (14,72%) lideraram as importações, seguidas pelos aparelhos elétricos para telefonia (12,15%) e pelos veículos automóveis para transporte de mercadorias (10,82%).

Quanto aos bens intermediários, as vinte mercadorias mais representativas exportadas e importadas foram responsáveis, respectivamente, por 42,34% e 51,09% do comércio com os países da ALCA, o que indica graus de concentração significativos, embora menores do que os dos bens de capital.

Os três maiores destaques das exportações de bens intermediários foram às partes e acessórios de automóveis (6,67%), os produtos semimanufaturados de ferro e aço (3,15%) e a celulose (3,05%). Nas importações figuraram, entre os três primeiros, os óleos brutos de petróleo (9,12%), o petróleo (6,38%) e os circuitos integrados (4,67%). Fonte: MDIC

As vinte principais mercadorias classificadas como bens de consumo responderam por 74,75% da pauta de exportações e 71,03% da pauta de importações da ALCA, mostrando que, depois dos bens de capital, foi o grupo de maior grau de concentração. As duas participações mais importantes nas exportações foram os automóveis de passageiros (21,08%) e os calçados (16,78%); nas importações foram os automóveis de passageiros (23,77%) e os medicamentos (12,16%). Fonte: MDIC

A observação desses dados leva à conclusão de que o principal determinante do nível de concentração foi o grau de elaboração da mercadoria: quanto maior a elaboração da mercadoria, maior o nível de concentração. Esse fato demonstra que a principal causa da concentração é a integração vertical das empresas com o objetivo de ampliar o mercado para obter economias de escala ou reduzir os custos de transação.

Os custos de transação obrigam as empresas a criarem novas unidades de produção para internalizar essas transações. Esses custos estão ligados às imperfeições do mercado, tais como: a falta de contato entre o comprador e o vendedor, a ignorância dos desejos recíprocos, a falta de acordo quanto a preços, a falta de confiança na adequação das mercadorias às especificações inicialmente estabelecidas, a necessidade de deslocar mercados, a existência de tarifas aduaneiras, a tributação de ganhos criados pela transação, ao controle de preços, as cotas ou a falta de confiança na devolução no caso de não pagamento.

5.6.4 Produtos Agrícolas

Os dados relativos ao valor, peso líquido e preço de duas amostras de mercadorias - uma da pauta de exportações e outra da pauta de importações - foram examinados para destacar a importância das vendas e das compras externas do complexo de grãos e de algumas *commodities* agrícolas do comércio exterior do Brasil com a ALCA. As informações foram obtidas a partir de diferentes níveis de agregação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a fim de tornar os produtos mais homogêneos dentro da classificação de mercadorias utilizada.

Assim, no período 1997-2000, uma amostra da pauta de exportações composta pelo café, açúcar, suco de laranja, fumo e pelo complexo soja (soja em grão, farelo de soja e óleo de soja) revelou que o café, o açúcar e o fumo apresentaram, respectivamente, quedas em valor de 14,96%, 13,98% e 14,07% ao ano, enquanto que o suco de laranja e o complexo soja experimentaram crescimento.

Em quantidade, à exceção do fumo, que caiu 4,89% ao ano, as exportações dos demais produtos da amostra cresceram, apesar das práticas protecionistas de alguns dos países da ALCA. Já os preços médios de todos os

produtos selecionados caíram. A queda foi menor para o suco de laranja (1,74% ao ano) e o açúcar (2,72% ao ano). O movimento descendente dos preços dos produtos foi consequência do aumento dos estoques mundiais.

De outra parte, uma segunda amostra da pauta de importações composta por alho, trigo, farinha de trigo, cevada, milho, arroz e feijão, indicou que houve queda em valor anual, excetuando-se o milho e o trigo. Os pesos líquidos das importações dos produtos dessa amostra cresceram, com exceção da farinha de trigo e do feijão, que apresentaram decréscimos de 17,39% e de 5,69% ao ano, respectivamente .

Quanto aos preços médios de importação desses produtos, todos sofreram queda, sendo a mais notável a do arroz (17,95% ao ano). O aumento dos estoques mundiais provocou a tendência de queda dos preços.

5.6.5 Itens de Maior Variação Absoluta

Comparando-se 1997 com 2000, verifica-se que, entre os vinte itens de bens de capital com maior variação absoluta de valor no período, apenas sete aumentaram na exportação e quatro experimentaram variação positiva na importação.

A maior variação positiva nas exportações foi a dos helicópteros e aviões (US\$ 1.382 milhões), seguida pelos celulares (US\$ 820 milhões); nas importações, os aparelhos elétricos para telefonia (US\$ 241 milhões), seguidos pelos instrumentos para controle automático (US\$ 47 milhões) e pelos radares (US\$ 37 milhões) apresentaram os maiores aumentos.

De outra parte, as maiores variações negativas do lado das exportações couberam aos veículos automóveis para transporte de mercadorias (US\$ 182 milhões) e às dragas flutuantes (US\$ 176 milhões); do lado das importações, apareceram os helicópteros e aviões (US\$ 385 milhões) e os aparelhos transmissores para radiotelefonia (US\$ 332 milhões).

Quanto aos bens intermediários, doze produtos tiveram aumento na exportação e treze na importação. As exportações que corresponderam às variações positivas mais elevadas foram as de celulose (US\$ 175 milhões), as ligas de aços (US\$ 164 milhões) e o alumínio (US\$ 395 milhões). Nas importações, a principal variação foi a de circuitos integrados (US\$ 511 milhões), seguida pelas turbinas (US\$ 455 milhões) e pelos óleos de petróleo (US\$ 368 milhões).

A maior variação negativa do lado das exportações coube ao café (US\$ 266 milhões), seguida pelos produtos semimanufaturados de ferro e aço (US\$ 208

milhões); do lado das importações, o item líder foi o algodão (US\$ 269 milhões) e seguido dos motores de pistão (US\$ 154 milhões).

Dentre os bens de consumo, quinze produtos experimentaram aumento entre os vinte itens de maior variação absoluta da pauta de exportação; na importação, apenas dois itens aumentaram. A maior variação positiva nas exportações foi a de automóveis de passageiros (US\$ 406 milhões), seguida pelos óleos de petróleo (US\$ 292 milhões) e televisores (US\$ 144 milhões). Nas importações, as duas variações positivas couberam aos medicamentos (US\$ 87 milhões) e ao leite concentrado (US\$ 43 milhões).

A maior variação absoluta negativa nas exportações coube aos cigarros (US\$ 265 milhões). Do lado das importações, os automóveis de passageiros (US\$ 931 milhões) foram responsáveis pela maior queda.

5.7 Incentivos Fiscais e Financeiros

O dinamismo das exportações no período de 1997 a 2000 pode em parte ser creditado ao financiamento do Banco do Brasil a taxas de juros do mercado internacional (o chamado programa PROEX/igualização): as exportações beneficiadas com esse incentivo financeiro cresceram 38,18% ao ano no período.

Outro fator não menos relevante para explicar a variação positiva das vendas externas foi o incentivo fiscal do *drawback* suspensão genérico: as exportações amparadas por esse incentivo cresceram 24,12% ao ano.

Com respeito às importações, verifica-se que a política do governo de "desgravação" tarifária e eliminação das barreiras não-tarifárias explica a manutenção da participação significativa das importações com recolhimento integral, que alcançou 79,64% da pauta, estando aí incluídos os regimes da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, do Mercosul e da Organização Mundial de Comércio - OMC.

As importações amparadas pelo incentivo de *drawback* suspensão e isenção cresceram 10,60%, sinalizando o crescimento das exportações. As importações da Zona Franca de Manaus responderam por 3,49% das compras externas. Contudo, houve queda de 1,30% ao ano atribuída à concorrência internacional, pois a abertura comercial, ao reduzir a tarifa aduaneira, diminuiu o diferencial de preços existente entre o produto doméstico e o importado, neutralizando, em parte, os efeitos dos benefícios fiscais concedidos à região.

Ainda em relação aos incentivos fiscais, vale notar o aumento, no período 1997-2000, de 274,74% ao ano das importações amparadas pelo Regime de Entrepósito Industrial Informatizado – RECOF, instituído pelo Decreto nº 2.412/97. Esse mecanismo vem sendo crescentemente utilizado, pois permite a importação,

com suspensão do pagamento do Imposto de Importação – II e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, com ou sem cobertura cambial, de mercadorias submetidas a operações de industrialização – transformação, beneficiamento e montagem - de produtos destinados à exportação ou a venda no mercado interno.

5.8 Os Prazos de Pagamento das Importações

O pagamento à vista, cuja participação nas importações de 1997 foi de 24,46%, passou a representar 15,84% das compras externas originárias dos países da ALCA em 2000, enquanto que a participação das importações financiadas acima de 360 dias passou de 30,61% para 15,30%, no período de 1997 a 2000. Isso significa dizer que reduziram-se as compras à vista e encurtaram-se os prazos de pagamentos das compra a prazo.

Algumas compras normalmente realizadas à vista puderam ser financiadas em até 180 dias. Contudo, os financiadores limitaram, para 180 a 360 dias, o prazo de pagamento de financiamentos normalmente concedidos com mais de 360 dias. Por esse motivo, o número de empresas com acesso aos financiamentos superiores a 360 dias - que atingira o patamar de 4.018 em 1997 - não passou de 1.503, em 2000, registrando uma queda de 23,56% ao ano.

Dentre os financiamentos superiores a 360 dias, os *buyers credits* de entidades privadas (22,71%), os *suppliers credits* de entidades privadas (17,57%) e os créditos do *Eximbank* dos Estados Unidos (0,83%) foram os destaques. Entretanto, no período considerado, houve queda tanto dos *buyers credits* (-17,55% ao ano) como dos *suppliers credits* (-22,4% ao ano), apesar do crescimento de 123,4% dos créditos do *Eximbank* dos Estados Unidos (Tabela 41).

Esses resultados decorreram das crises do Sudeste Asiático (1997) e da moratória da Rússia (1998), que alteraram o padrão de financiamento das importações brasileiras originárias dos países da ALCA. Essas crises tornaram o sistema financeiro internacional mais cauteloso, mantendo prazos curtos nos financiamentos para o Brasil, ainda que as principais empresas que analisaram o risco do investimento tivessem apontado uma margem mais favorável para o País.

CAPÍTULO VI – SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

O comércio do Brasil com os demais países da ALCA no período 1997-2000 revelou que uma fração representativa das trocas ocorreu entre firmas administradas pelos mesmos titulares, que assim controlam o planejamento, a produção e o investimento no setor externo.

É importante, pois, analisar as conseqüências da utilização cada vez maior dos preços de transferência nas relações comerciais dos países. Isso porque o comércio intrafirmas pode, no curto prazo, neutralizar os efeitos das mudanças nos preços relativos, na taxa de câmbio ou nas condições econômicas gerais.

Os preços que regulam as transações intrafirmas – ou seja, os preços de transferência – possuem determinantes e características que podem tornar ineficazes as tarifas aduaneiras, bem como outros instrumentos de política comercial, tais como acordos de preferência, "ex" tarifários, incentivos fiscais decorrentes de regimes aduaneiros especiais e salvaguardas.

Nesse contexto, é necessário incorporar esse tipo de constatação no debate sobre a escolha da tarifa para implementação do processo de desgravação da ALCA porque a neutralização gerada pelos preços de transferência pode tornar irrelevante a tarifa negociada, reforçando a tese de se ter como base a tarifa aplicada no início das negociações, isto é, uma tarifa real e não teórica.

A necessidade de adequação da economia nacional à situação de livre comércio nas Américas e a conseqüente adaptação gradual das empresas brasileiras à concorrência de empresas multinacionais mais competitivas devem levar em conta o prazo da desgravação negociado - ou outros instrumentos disponíveis (salvaguardas, p. ex.) - e não a utilização de uma tarifa base teórica, passada ou futura, que não é aplicada.

Dentro da estrutura tarifária do ano 2000, as maiores renúncias fiscais (diferença entre o imposto calculado e o efetivamente pago - Tabela 6) - foram as do Mercosul (acima de 97%), seguidas pelas da ALADI (entre 80% e 90%, aproximadamente), por força das preferências comerciais concedidas no âmbito desses acordos. Os países do Nafta apresentaram uma renúncia abaixo da média geral de 60%, enquanto que os do Caribe não se beneficiaram de qualquer renúncia.

Desse modo, os países do NAFTA (EUA principalmente) e os do Caribe seriam potencialmente os principais beneficiários da assinatura do Acordo da ALCA. Assim, deve-se envidar esforços para que as negociações reduzam a ambivalência da política comercial americana: alíquotas baixas ou nulas (livre mercado) para produtos competitivos e fortes medidas de proteção a produtos de

setores ineficientes da sua economia, dificultando sobremaneira o acesso dos demais países ao seu mercado interno.

Nesse sentido, com relação ao setor agrícola, a ALCA pode atuar, no curto prazo, como um mecanismo para diminuir as restrições tarifárias dos EUA a produtos de destaque na pauta de exportações brasileiras (suco de laranja, com gravame de US\$ 0,785 por litro, por exemplo) ou para dificultar a ampliação do apoio interno a produtos agrícolas americanos (subsídios).

Considerando os fatores analisados neste documento, o Brasil, no processo de negociação da ALCA, deve primar pela retirada das medidas protecionistas que dificultam o acesso dos principais produtos de nossa pauta de exportação ao mercado americano. Da mesma forma, dada a importância do mecanismo dos preços de transferência, mencionado anteriormente, deve-se buscar o aperfeiçoamento da aplicação da legislação existente e do controle das operações intrafirmas.

Para finalizar, isso que parece ser tema fundamental para nós, brasileiros, se interessa ou não a entrada na ALCA, se o Brasil resistirá ou não a uma competição, a uma abertura em igualdade de condições com a economia norte-americana, quero dizer que me parece equívoco imaginar que a maior produtividade global norte-americana, inviabilizaria o setor industrial brasileiro. O que preside as trocas internacionais são os princípios das vantagens comparativas, e não os das vantagens absolutas. Neste sentido, a ALCA permitiria maior acesso aos mercados industriais tradicionais dos Estados Unidos, como têxteis, alimentos processados, siderurgia, material de transportes, vestuário, couro, calçados, etc., setores em que o Brasil estaria concorrendo – e isso nos parece um ponto importante – com os demais países de desenvolvimento intermediário, como o México, a Venezuela, a Colômbia ou a Argentina, e não com a própria indústria norte-americana, que há muito abandonou tais setores em favor da importação.

Em princípio, tanto os argumentos contrários como os favoráveis à participação do Brasil na ALCA devem ser considerados, já que se baseiam em suposições plausíveis, dados os contornos ainda indefinidos para questões ainda cruciais, como se viu acima. A experiência histórica e a teoria econômica sugerem, no entanto, que, também neste caso, a virtude está no meio.

Com efeito, não é razoável esperar que a constituição da ALCA leve nossa economia a um desastre completo ou a um sucesso absoluto. Muito provavelmente, alguns setores se beneficiarão e outros sofrerão prejuízos com a formação de uma área de livre-comércio continental. Nestas condições, estão, a avaliação daqueles elementos polares e deve basear-se no exame de estudos quantitativos já efetuados sobre o assunto e na análise de outras experiências de integração.

Anexo

Tabelas

Tabela 1 - Saldo da balança comercial do Brasil com os demais países da ALCA

EM US\$ MIL FOB				
PAÍS	ANO			
	1997	1998	1999	2000
Antígua e Barbuda	-877	1.422	1.708	728
Argentina	-1.182.964	-1.292.339	-461.064	-620.056
Bahamas	-5.448	8.571	3.656	25.634
Barbados	17.605	14.932	10.101	8.321
Belize	1.287	1.021	2.775	1.721
Bolívia	694.201	653.072	419.693	222.948
Canadá	-831.376	-793.858	-461.059	-520.903
Chile	221.232	204.603	174.382	268.816
Colômbia	382.712	360.612	211.192	97.557
Costa Rica	67.922	77.791	78.577	88.719
Dominica	1.012	1.057	600	768
República Dominicana	66.716	137.060	133.959	129.448
El Salvador	28.321	22.657	35.328	41.147
Equador	143.387	169.287	84.209	114.303
Estados Unidos	-4.439.568	-3.775.913	-1.098.752	89.288
Granada	660	532	942	831
Guatemala	60.638	90.601	75.099	75.726
Guiana	8.240	5.563	4.595	4.542
Haiti	9.481	8.198	9.069	17.209
Honduras	28.227	32.535	34.950	30.827
Jamaica	28.836	25.747	49.108	39.200
México	-345.221	16.894	448.040	954.686
Nicarágua	5.380	14.613	13.069	9.196
Panamá	249.633	58.449	59.941	65.540

Paraguai	888.904	894.792	481.412	480.161
Peru	92.915	147.138	71.053	140.929
Porto Rico	-64.208	-58.572	31.349	47.261
Santa Lúcia	1.208	1.529	1.348	50.853
São Cristóvão e Neves	9	19	26	86
São Vicente e Granadinas	1.347	1.702	1.768	1.168
Suriname	14.802	9.665	3.067	6.829
Trinidad e Tobago	59.850	65.521	60.401	48.345
Uruguai	-98.773	-161.769	22.648	65.162
Venezuela	-239.196	-52.727	-443.293	-581.557
TOTAL	-4.133.105	-3.109.594	59.898	1.405.434

Fonte: Receita Federal

Tabela 2 - Índices de preço, valor e quantum de importação do Brasil, por categorias de bens selecionadas

CATEGORIA CGCE-SCN	Índice de preço (1)					Índice de valor					Índice de quantum (2)				
	1997	1998	1999	2000	Var(%)	1997	1998	1999	2000	Var(%)	1997	1998	1999	2000	Var(%)
Bens de capital	100,00	114,29	128,52	124,83	7,96	100,00	91,33	68,46	73,11	-8,97	100,00	79,91	53,27	58,57	-14,49
Bens intermediários	100,00	97,08	103,32	115,45	5,08	100,00	96,60	87,15	107,61	3,43	100,00	99,51	84,35	93,21	-1,74
Bens de consumo	100,00	103,76	102,49	98,04	-0,60	100,00	103,11	62,66	55,64	-15,77	100,00	99,37	61,14	56,75	-15,43
ALCA	100,00	101,89	111,2	119,8	6,25	100,00	96,68	78,80	90,99	-2,11	100,00	94,89	70,87	75,95	-7,75

1. Laspeyres
2. utilizou-se como deflator implícito o índice Laspeyres obtido, isto é, o índice de quantidade é o resultado da divisão do valor FOB da categoria pelo índice Laspeyres da mesma categoria.

Nota: Os índices são apresentados segundo três componentes básicas do Sistema de Contas Nacionais, as quais resultam de reestruturação das 19 categorias da GCE - Classificação por Grandes Categorias Econômicas (ONU). Na primeira, agregam-se os bens de capital (exceto equipamento de transporte) e os equipamentos de transporte industriais. Na segunda, são agregados os alimentos e bebidas, básicos ou elaborados, destinados principalmente à indústria, os insumos industriais, os combustíveis e lubrificantes, básicos ou elaborados (excluída a gasolina), as peças e acessórios para bens de capital (exceto para equipamento de transporte) e as peças e acessórios para equipamentos de transporte. Na última delas, os alimentos e bebidas, básicos ou elaborados, destinados principalmente ao consumo doméstico, os equipamentos de transporte não industriais, os bens de consumo não especificados em outra categoria, a gasolina e os automóveis de passageiros, apesar de ambos destinarem-se tanto para indústria como para o consumo.

Tabela 3 - Índices de preço, valor e quantum de importação do Brasil dos combustíveis e lubrificantes

CATEGORIA CGCE *	Índice de preço (1)					Índice de valor					Índice de quantum (2)				
	1997	1998	1999	2000	Var(%)	1997	1998	1999	2000	Var(%)	1997	1998	1999	2000	Var(%)
Combustíveis e Lubrificantes	100,00	72,92	86,78	141,93	18,49	100,00	72,35	76,1	127,08	14,83	100,00	99,22	87,73	89,54	-3,43

1. Laspeyres
2. utilizou-se como deflator implícito o índice Laspeyres obtido, isto é, o índice de quantidade é o resultado da divisão do valor FOB da categoria pelo índice Laspeyres da mesma categoria.

Tabela 4 - Exportações brasileiras para os demais países da ALCA, em US\$ mil FOB

PAÍS	ANO				Variação Média (%)
	1997	1998	1999	2000	
Antígua e Barbuda	1.439	1.764	1.767	739	-11,81
Argentina	6.757.381	6.738.573	5.352.391	6.224.119	-1,52
Bahamas	2.102	16.017	18.217	26.689	240,74
Barbados	17.798	16.684	10.252	15.979	3,68
Belize	1.296	1.132	2.806	1.986	35,33
Bolívia	720.476	675.433	442.842	363.236	-19,55
Canadá	583.623	542.811	512.437	564.889	-0,78
Chile	1.194.781	1.021.217	893.801	1.244.322	4,07
Colômbia	504.818	466.124	398.070	512.960	2,20
Costa Rica	70.199	84.029	85.899	118.734	20,05
Dominica	1.015	1.196	802	768	-6,45
República Dominicana	73.139	141.347	136.474	131.442	28,71
El Salvador	29.635	28.498	35.472	41.432	12,48
Equador	170.991	202.615	103.305	132.877	-0,63
Estados Unidos	9.258.442	9.735.799	10.639.751	12.958.308	12,08
Granada	729	989	1.084	1.217	19,18
Guatemala	65.322	91.304	75.763	76.686	7,99
Guiana	8.240	5.573	4.606	4.616	-16,50
Haiti	9.600	8.288	9.093	17.256	28,61
Honduras	28.322	32.635	35.110	31.519	4,19
Jamaica	30.587	26.862	49.317	40.342	17,74
México	827.560	999.372	1.065.616	1.708.791	29,25
Nicarágua	5.384	14.622	13.166	9.242	43,94
Panamá	279.179	85.988	80.252	81.616	-24,72
Paraguai	1.406.464	1.245.379	741.772	831.547	-13,26

Peru	359.980	364.006	263.487	352.449	2,42
Porto Rico	131.165	124.167	173.419	185.292	13,73
Santa Lúcia	1.227	1.545	1.352	50.853	1224,91
São Cristóvão e Neves	9	21	28	90	129,37
São Vicente e Granadinas	1.718	1.702	1.768	1.168	-10,33
Suriname	14.802	11.931	6.623	6.830	-20,25
Trinidad e Tobago	71.402	74.692	81.337	92.546	9,10
Uruguai	868.334	880.332	669.254	666.652	-7,66
Venezuela	766.241	702.834	531.266	747.275	2,66
TOTAL	24.263.400	24.345.481	22.438.599	27.244.467	4,64

Fonte: Receita Federal

Tabela 5 - Importações brasileiras dos demais países da ALCA, em US \$ mil FOB

PAÍS	ANO				Variação Média (%)
	1997	1998	1999	2000	
Antígua e Barbuda	2.315	342	59	10	-83,68
Argentina	7.940.345	8.030.912	5.813.455	6.844.175	-2,91
Bahamas	7.549	7.446	14.561	1.054	0,48
Barbados	194	1.751	151	7.658	1894,24
Belize	9	110	30	265	610,94
Bolívia	26.276	22.361	23.149	140.289	164,88
Canadá	1.414.998	1.336.669	973.497	1.085.793	-7,06
Chile	973.549	816.614	719.419	975.506	2,52
Colômbia	122.105	105.512	186.878	415.403	61,94
Costa Rica	2.278	6.238	7.322	30.015	167,05
Dominica	2	140	202	0	2281,43
República Dominicana	6.423	4.287	2.516	1.994	-31,77
El Salvador	1.314	5.841	144	285	114,97

Equador	27.605	33.328	19.095	18.574	-8,23
Estados Unidos	13.698.010	13.511.711	11.738.503	12.869.021	-1,62
Granada	69	457	142	386	221,74
Guatemala	4.684	703	664	960	-15,32
Guiana		9	11	75	
Haiti	120	90	24	46	-2,22
Honduras	94	100	160	692	132,96
Jamaica	1.751	1.115	209	1.142	109,61
México	1.172.781	982.478	617.576	754.105	-10,42
Nicarágua	4	9	97	46	350,07
Panamá	29.546	27.539	20.312	16.076	-17,96
Paraguai	517.560	350.587	260.360	351.387	-7,68
Peru	267.064	216.868	192.434	211.520	-6,71
Porto Rico	195.373	182.739	142.070	138.031	-10,52
Santa Lúcia	19	16	4	0	-63,60
São Cristóvão e Neves	0	2	2	3	
São Vicente e Granadinas	371	0	0	0	
Suriname	0	2.266	3.556	0	
Trinidad e Tobago	11.552	9.171	20.935	44.201	72,93
Uruguai	967.106	1.042.102	646.607	601.490	-12,39
Venezuela	1.005.437	755.561	974.559	1.328.831	13,49
TOTAL	28.396.503	27.455.074	22.378.703	25.839.033	-2,11

Fonte: Receita Federal

Tabela 6 - Alíquotas médias das importações brasileiras dos países da ALCA, em %

PAÍS	1997		1998		1999		2000	
	Calculada	Real	Calculada	Real	Calculada	Real	Calculada	Real
Antígua e Barbuda	16,68	8,54	19,41	18,73	6,23	6,23	5,00	5,00

Argentina	21,53	0,11	23,66	0,11	17,90	0,12	15,24	0,08
Bahamas	11,05	11,01	12,14	11,90	11,16	11,07	11,87	6,57
Barbados	13,95	11,51	3,20	2,98	8,16	4,61	0,91	0,90
Belize	14,00	14,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,76	13,76
Bolívia	9,30	1,48	12,66	2,50	6,51	1,47	1,24	0,20
Canadá	8,30	5,80	11,32	8,51	10,67	7,15	10,45	7,71
Chile	7,54	2,77	9,80	2,53	9,30	2,08	8,86	1,85
Colômbia	13,05	5,59	13,42	5,36	12,91	4,53	8,09	1,75
Costa Rica	11,59	10,42	15,79	10,82	10,34	7,50	8,69	2,59
Dominica	5,62	0,79	20,75	20,50	18,77	4,40	18,00	18,00
República Dominicana	14,42	13,47	18,24	16,10	19,01	14,03	18,16	13,34
El Salvador	18,42	15,00	22,65	22,37	19,03	16,71	19,50	10,97
Equador	14,72	4,21	17,44	5,50	18,11	3,66	17,61	2,81
Estados Unidos	11,37	8,00	13,58	10,18	12,97	9,26	12,79	8,57
Granada	10,48	10,48	14,99	14,99	13,00	13,00	13,00	13,00
Guatemala	11,61	11,59	13,21	13,20	12,86	12,79	13,72	11,07
Guiana			22,99	0,06	23,00	0,00	15,51	8,99
Haiti	16,48	16,48	19,28	19,28	16,02	16,02	12,25	12,25
Honduras	12,16	2,83	18,59	17,65	17,54	17,54	16,15	11,69
Jamaica	16,91	7,37	22,37	22,37	15,56	15,56	23,81	3,08
México	18,29	10,21	17,74	12,58	16,11	11,81	15,02	10,23
Nicarágua	20,18	20,18	23,00	23,00	12,71	12,71	7,04	0,08
Panamá	16,30	13,69	18,39	16,80	16,35	12,26	16,33	11,24
Paraguai	7,54	0,02	8,80	0,06	8,65	0,01	9,94	0,03
Peru	5,04	1,27	7,24	1,27	8,09	0,92	8,81	0,94
Porto Rico	5,40	5,06	9,56	8,80	10,27	9,68	9,59	9,05
Santa Lúcia	18,00	18,00	21,00	21,00	21,00	21,00	19,00	19,00
São Cristóvão e Neves	22,00	22,00	20,85	20,85	21,00	21,00	21,00	21,00

São Vicente e Granadinas	4,00	4,00							
Suriname	15,98	15,98	5,00	5,00	5,00	5,00	19,00	19,00	
Trinidad e Tobago	10,74	6,09	13,44	7,49	9,19	6,80	6,94	3,42	
Uruguai	14,27	0,43	16,11	0,54	16,09	0,73	15,83	0,55	
Venezuela	11,10	5,36	12,39	6,20	9,35	3,42	6,68	1,13	
TOTAL	14,17	5,02	16,38	6,31	14,01	5,92	12,79	5,11	

Fonte: Receita Federal

Tabela 7 - Concentração econômica das exportações brasileiras nos setores com exportações para países da ALCA superiores a US\$ 1,5 bilhão FOB em 2000

Código – Nome do setor (Classificação CNAE)	Número de empresas	Exportações (FOB US\$ mil)	Participação percentual no total de cada setor (CNAE)	
			das 4 maiores exportadoras	das 8 maiores exportadoras
34-Fabricação e montagem de veículos automotores	423	3.993.241	50,79%	64,37%
27-Metalurgia básica	315	2.789.737	32,10%	45,46%
24-Fabricação de produtos químicos	852	2.282.276	20,12%	29,53%
29-Fabricação de máquinas e equipamentos	1.223	1.707.054	29,37%	45,01%
51-Comércio atacadista	2.161	1.674.913	18,17%	25,68%
15-Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	619	1.540.764	25,82%	34,56%

Fonte: Receita Federal

Tabela 8 – Ranking das oito maiores empresas exportadoras nos setores com exportações para a ALCA superiores a US\$ 1,5 bilhão FOB, em 2000

Código – Nome do setor (Classificação CNAE)	Ranking das empresas*	Exportações (US\$ mil FOB)		Variação (%)
		1997	2000	
34-Fabricação e montagem de veículos automóveis	Primeira	522.027	1.099.947	110,71
	Segunda	569.011	441.282	-22,45

automóveis	Terceira	-	288.220	-
	Quarta	247.768	198.667	-19,82
	Quinta	-	161.021	-
	Sexta	363.363	147.178	-59,50
	Sétima	139.784	139.235	-0,39
	Oitava	98.937	94.968	-4,01
27-Metalúrgica básica	Primeira	481.076	484.625	0,74
	Segunda	204.913	171.940	-16,09
	Terceira	135.370	132.292	-2,27
	Quarta	55.527	106.544	91,88
	Quinta	125.254	100.350	-19,88
	Sexta	55.773	97.265	74,39
	Sétima	115.460	91.748	-20,54
	Oitava	95.546	83.427	-12,68
24-Fabricação de produtos químicos	Primeira	52.832	155.803	194,90
	Segunda	67.476	124.652	84,74
	Terceira	69.400	94.450	36,10
	Quarta	56.460	84.202	49,14
	Quinta	26.334	75.204	185,58
	Sexta	34.846	57.768	65,78
	Sétima	68.707	42.327	-38,39
	Oitava	12.606	39.545	213,70
29-Fabricação de máquinas e equipamentos	Primeira	179.495	198.533	10,61
	Segunda	268.392	138.554	-48,38
	Terceira	-	112.341	-
	Quarta	97.938	105.496	7,72
	Quinta	55.403	58.750	6,04
	Sexta	60.949	65.134	6,87
	Sétima	42.594	53.031	24,50

	Oitava	45.784	36.549	-20,17
51- Comércio atacadista	Primeira	179.003	114.314	-36,14
	Segunda	55.650	104.977	88,64
	Terceira	16.390	50.655	209,06
	Quarta	14.128	34.438	143,76
	Quinta	51	34.414	67378,43
	Sexta	77	33.483	43384,42
	Sétima	33.318	28.995	-12,97
	Oitava	77.829	28.908	-62,86
15-Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	Primeira	25.389	139.597	449,83
	Segunda	97.549	121.598	24,65
	Terceira	40.870	70.766	73,15
	Quarta	-	65.792	-
	Quinta	29.257	35.541	21,48
	Sexta	57.612	33.787	-41,35
	Sétima	20.793	33.284	60,07
	Oitava	-	32.139	-

* os nomes das empresas foram mascarados por força do sigilo fiscal.

Fonte: Receita Federal

Tabela 9 – Comércio intrafirma dos maiores exportadores, por principais setores exportadores para a ALCA / Ano: 2000

Empresa/Setor	Em milhares de dólares					Em percentagem				
	Total do Comércio	Comércio intrafirma			Outros	Total	Comércio intrafirma			Outros
		Total	Matriz-Filial	Entre filiais			Total	Matriz-Filial	Entre filiais	
Maior exportadora do setor 34	1.099.947	991.015	0	991.015	108.932	100,00	90,10	0,00	90,10	9,90
Maior exportadora do setor 51	114.314	108.070	0	108.070	6.244	100,00	94,54	0,00	94,54	5,46

Maior exportadora do setor 15	139.597	28.280	0	28.280	111.317	100,00	20,26	0,00	20,26	79,74
-------------------------------	---------	--------	---	--------	---------	--------	-------	------	-------	-------

Nota: o nome da empresa foi mascarado por força do sigilo fiscal.

Setor 15 - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Setor 34 - Fabricação e montagem de veículos automotores

Setor 51 - Comércio atacadista

Fonte: Receita Federal

Tabela 10 - Concentração econômica das importações brasileiras nos setores com importações de países da ALCA superiores a US\$ 1,25 bilhão FOB em 2000

Código – Nome do setor (Classificação CNAE)	Número de empresas	Importações (FOB US\$ mil)	Participação percentual no total de cada setor (CNAE)	
			das 4 maiores importadoras	das 8 maiores importadoras
51-Comércio atacadista	4.477	3.099.033	26,46%	32,79%
24-Fabricação de produtos químicos	1.144	3.541.056	17,12%	25,38%
23-Fabricação de coque e refinarias de petróleo	3	3.432.526	100,00%	100,00%
34-Fabricação e montagem de veículos automotores	302	2.090.174	51,53%	73,51%
15-Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	941	1.927.662	18,03%	27,52%
32-Fabricação de material eletrônico	270	1.763.708	66,49%	77,88%
29-Fabricação de máquinas e equipamentos	796	1.259.218	28,04%	32,41%

Fonte: Receita Federal

Tabela 11 – Ranking das oito maiores empresas importadoras dos setores com importações da ALCA superiores a US\$ 1,25 bilhão FOB, em 2000

Código – nome do setor (classificação CNAE)	Ranking das empresas*	Importações (FOB US\$ mil)		Variação %
		1997	2000	
51-Comércio atacadista	Primeira	209.929	372.606	77,49
	Segunda	216.538	277.949	28,36
	Terceira	1.043	92.175	8737,49

	Quarta	114.970	77.268	-32,79
	Quinta	10.670	73.525	589,08
	Sexta	16.678	47.078	182,28
	Sétima	56.460	47.036	-16,69
	Oitava	32.201	28.671	-10,96
24-Fabricação de produtos Químicos	Primeira	229.475	229.424	-0,02
	Segunda	66.225	159.179	140,36
	Terceira	123.506	128.830	4,31
	Quarta	61.202	88.668	44,88
	Quinta	60.547	77.929	28,71
	Sexta	46.967	75.159	60,03
	Sétima	6.117	72.702	1088,52
	Oitava	46.145	66.810	44,78
23-Fabricação de coque e refino de petróleo	Primeira	2.682.636	3.184.594	18,71
	Segunda	3	125.111	4170266,7
	Terceira	6	122.821	2046916,7
34-Fabricação e montagem de veículos automóveis	Primeira	-	478.178	
	Segunda	429.402	259.103	-39,66
	Terceira	465.961	174.601	-62,53
	Quarta	216.436	165.212	-23,67
	Quinta	72.024	149.966	108,22
	Sexta	148.620	148.846	0,15
	Sétima	95.730	82.691	-13,62
	Oitava	4.760	77.947	1537,54
15-Fabricação de produtos Alimentícios e bebidas	Primeira	185.645	155.968	-15,99
	Segunda		65.120	
	Terceira	140.885	64.640	-54,12
	Quarta	12.894	61.786	379,18

	Quinta	79.403	50.509	-36,39
	Sexta	133	49.884	37406,77
	Sétima	28.195	42.998	52,50
	Oitava	21.824	39.636	81,62
29-Fabricação de máquinas e equipamentos	Primeira	207.138	151.362	-26,93
	Segunda	-	106.391	
	Terceira	59.489	62.966	5,84
	Quarta	25.170	32.406	28,75
	Quinta	63.431	19.402	-69,41
	Sexta	14.990	12.488	-16,69
	Sétima	427	12.167	2749,41
	Oitava	9.114	10.958	20,23
32-Fabricação de material Eletrônico	Primeira	54.471	571.680	949,51
	Segunda	58.510	329.863	463,77
	Terceira	79.574	172.134	116,32
	Quarta	-	99.083	
	Quinta	1.229	67.772	5414,40
	Sexta	75.850	56.665	-25,29
	Sétima	17.113	42.333	147,37
	Oitava	-	34.090	

* os nomes das empresas foram mascarados por força do sigilo fiscal.

Fonte: Receita Federal

Tabela 12 - Comércio intrafirma dos maiores importadores, por principais setores importadores da ALCA (Ano: 2000)

Empresa/Setor	Em milhares de dólares					Em percentagem				
	Total do comércio	Comércio intrafirma			Outros	Total	Comércio intrafirma			Outros
		Total	matriz-filial	entre filiais			Total	Matriz-Filial	Entre filiais	
Maior importadora do	229.424	197.957	140.798	57.159	31.467	100,00	86,28	61,37	24,91	13,72

setor 24										
Maior importadora do setor 34	478.178	471.520	68.457	403.063	6.658	100,00	98,61	14,32	84,29	1,39
Maior importadora do setor 15	155.968	33.983	33	33.950	121.985	100,00	21,79	0,02	21,77	78,21
Maior importadora do setor 29	151.362	149.761	149.761	0	0	100,00	98,94	98,94	0,00	0,00
Maior importadora do setor 32	571.680	28.026	27.866	160	543.654	100,00	4,90	4,87	0,03	95,10

Nota: o nome da empresa foi mascarado por força do sigilo fiscal.

Setor 15 - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Setor 24 - Fabricação de produtos químicos

Setor 29 - Fabricação de máquinas e equipamentos

Setor 32 - Fabricação de material eletrônico

Setor 34 - Fabricação e montagem de veículos

Fonte: Receita Federal

Tabela 13 - Número de empresas exportadoras para os países da ALCA

PAÍS	ANO				Participação	Variação
	1997	1998	1999	2000	Média (%)	Média (%)
Antigua e Barbuda	36	34	47	33	0,31	0,96
Argentina	4.901	5.151	5.633	5.888	44,45	6,33
Bahamas	45	66	63	76	0,52	20,92
Barbados	89	83	97	122	0,81	11,97
Belize	25	25	33	37	0,25	14,71
Bolívia	2.401	2.482	2.380	2.223	19,54	-2,44
Canadá	915	862	954	1.081	7,85	6,06
Chile	2.425	2.452	2.640	2.871	21,40	5,84
Colômbia	1.192	1.176	1.135	1.239	9,77	1,44
Costa Rica	422	471	561	561	4,15	10,24
Dominica	22	38	37	33	0,27	19,76
República Dominicana	369	403	475	538	3,68	13,45

El Salvador	270	263	304	322	2,39	6,31
Equador	886	882	724	824	6,83	-1,52
Estados Unidos	3.731	3.822	4.318	4.698	34,14	8,07
Granada	20	29	40	40	0,27	27,64
Guatemala	369	419	480	519	3,68	12,08
Guiana	93	79	93	99	0,75	3,04
Haiti	68	75	97	143	0,79	29,02
Honduras	257	256	293	313	2,31	6,96
Jamaica	154	159	203	211	1,50	11,62
México	1.152	1.263	1.422	1.653	11,31	12,82
Nicarágua	107	115	136	150	1,05	12,01
Panamá	462	424	521	585	4,10	8,98
Paraguai	3.131	2.929	2.833	2.933	24,37	-2,07
Peru	1.344	1.302	1.338	1.437	11,17	2,35
Porto Rico	376	389	540	556	3,83	15,08
Santa Lúcia	34	45	57	49	0,38	14,99
São Cristóvão e Neves	1	2	3	6	0,03	83,33
São Vicente e Granadinas	40	50	46	45	0,37	4,94
Suriname	118	143	160	153	1,18	9,57
Trinidad e Tobago	219	228	266	293	2,07	10,31
Uruguai	3.414	3.540	3.802	4.132	30,67	6,59
Venezuela	1.347	1.341	1.394	1.665	11,84	7,65
TOTAL	11.200	11.499	12.497	13.340	100,00	6,03

Fonte: Receita Federal

Tabela 14 - Número de empresas importadoras de países da ALCA

PAÍS	ANO				Participação	Variação
	1997	1998	1999	2000	Média (%)	Média (%)
Antigua e Barbuda	8	6	4	1	0,02	-44,44
Argentina	6.537	6.317	4.863	4.791	27,69	-9,29
Bahamas	29	28	17	20	0,12	-8,36
Barbados	12	9	6	8	0,04	-8,33
Belize	1	3	4	4	0,02	77,78
Bolívia	156	142	106	114	0,64	-8,93
Canadá	2.459	2.475	1.997	2.022	11,02	-5,80
Chile	1.398	1.360	1.095	1.151	6,16	-5,70
Colômbia	394	304	247	352	1,60	0,31
Costa Rica	63	78	76	95	0,38	15,42
Dominica	2	5	4	1	0,01	18,33
República Dominicana	64	53	42	41	0,25	-13,44
El Salvador	20	21	9	15	0,08	4,84
Equador	202	189	138	132	0,81	-12,59
Estados Unidos	17.224	16.326	12.590	12.438	72,07	-9,77
Granada	2	5	3	2	0,02	25,56
Guatemala	39	17	14	13	0,10	-27,07
Guiana		2	1	3		
Haiti	7	4	6	3	0,02	-14,29
Honduras	15	14	9	20	0,07	26,61
Jamaica	16	14	9	11	0,06	-8,66
México	1.897	1.718	1.406	1.442	7,95	-8,35
Nicarágua	2	2	2	2	0,01	0,00
Panamá	400	315	174	167	1,30	-23,34
Paraguai	538	486	342	402	2,18	-7,25

Peru	329	298	264	291	1,45	-3,53
Porto Rico	157	134	128	134	0,68	-4,81
Santa Lúcia	1	1	1	1	0,00	0,00
São Cristóvão e Neves	1	1	1	1	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	1					
Suriname	1	1	2	1	0,01	16,67
Trinidad e Tobago	13	16	11	20	0,07	24,55
Uruguai	2.095	2.086	1.581	1.499	8,93	-9,94
Venezuela	427	399	298	270	1,71	-13,76
TOTAL	24.056	22.786	17.246	17.189	100,00	-9,97

Fonte: Receita Federal

CAPÍTULO VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVERBURG, A. "O Brasil no contexto da integração hemisférica: controvérsias em torno da Alça", Revista do BNDES, volume 6, nº 11, junho, 1999, pp. 49-78.

BATISTA, Jorge C. Livre-comércio de produtos manufaturados entre o Brasil e a União Européia. In: TIRONI, Luís F. (Org.). *Aspectos estratégicos da política comercial brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA-IPRI, 2001. p. 101-152.

BRANDÃO, Antônio S. P.; BRANDÃO, Alexandre P. Acordos comerciais sub-regionais e as negociações da Área de Livre-comércio das Américas. In: TIRONI, Luís F. (Org.) *Aspectos estratégicos da política comercial brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA-IPRI, 2001. v. 2 p. 305-364.

GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

GONÇALVES, R., BAUMANN, R., PRADO, L. e CANUTO, O. *A nova economia internacional. Uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. *Exportação a Solução Global*. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1997.

RUSSEL D., Roberta. *A opção: uma fábula sobre o livre comércio e protecionismo*. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1996.

SANTOS, Theotônio dos. *Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

SEMINÁRIO O BRASIL E A ALCA, 1., 2001, Brasília. Coordenação de Publicação: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

VALQUEZ, José Lopes. *Comércio Exterior Brasileiro*. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

ARAUJO, José Tavares de. ALCA: *Riscos e Oportunidades para o Brasil*. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/tunit/STAFF_ARTICLE/tav98_risk_p.asp>

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Comentários e reflexões sobre a ALCA*. Disponível em: <http://www.memorial.org.br/paginas/eventos_especiais/mercosul/alca.htm> Acesso em: 09 out. 2002

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasil). *Propostas apresentadas nas negociações da ALCA e do Acordo CE/MERCOSUL*. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>> Acesso em: 09 out. 2002